



**Governo do Estado de São Paulo
Departamento de Estradas de Rodagem
Coordenadoria de Licitações e Contratação de Obras e Serviços de Engenharia**

EDITAL

CONCORRÊNCIA

90.136/2026

CONTRATANTE (UASG)

(262201)

OBJETO

Contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de apoio ao gerenciamento das obras e serviços de engenharia executados no âmbito do Programa de Investimentos do DER/SP.

VALOR TOTAL DA CONTRATAÇÃO

R\$ 18.004.171,20 (dezoito milhões, quatro mil cento e setenta e um reais e vinte centavos)

DATA DA SESSÃO PÚBLICA

Dia 07/08/2026 às 09h00 (horário de Brasília)

Critério de Julgamento:

Técnica e Preço

Modo de disputa:

FECHADO

PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS

NÃO

Sumário

1. DO OBJETO..	3
2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO..	4
3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO SIGILOSO..	6
4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO..	6
5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA.	8
6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO..	9
7. DA FASE DE HABILITAÇÃO..	14
8. DO TERMO DE CONTRATO..	16
9. DOS RECURSOS.	17
10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES.	18
11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO..	20
12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS.	20

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

(Processo Administrativo nº 139.00044320/2026-17)

Torna-se público que o(a) Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo, por meio do(a) Coordenadoria Geral de Aquisições e Licitações - CGLA, sediado(a) Av. do Estado, 777 – Ponte Pequena, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, realizará licitação, na modalidade CONCORRÊNCIA, na forma ELETRÔNICA, nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#), do [Decreto estadual nº 67.608, de 27 de março de 2023](#), da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 2, de 07 de fevereiro de 2023](#), e demais normas da legislação aplicável e, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital e em seus Anexos, observando-se as subdivisões subsequentes na forma de itens que compõem este instrumento.

1. DO OBJETO

O objeto da presente licitação é a contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de apoio ao gerenciamento das obras e serviços de engenharia executados no âmbito do Programa de Investimentos do DER/SP conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

1.1. A licitação será realizada em único item.

2. DA PARTICIPAÇÃO NA LICITAÇÃO

2.1. Poderão participar deste certame os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto da licitação e que estiverem previamente credenciados no

Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores - SICAF e no Sistema de Compras do Governo Federal (www.gov.br/compras).

2.2. Os interessados deverão atender às condições exigidas no cadastramento no Sicafe até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas.

2.3. O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

2.4. É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais nos Sistemas relacionados no item anterior e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

2.5. A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

2.5.1. Considerando o valor estimado do item/grupo objeto desta licitação, não se aplicam a ele as regras de tratamento favorecido constantes dos arts. 42 a 49 da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), nos termos dos §§ 1º e 3º do art. 4º da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.6. Não poderão disputar esta licitação:

2.6.1 aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

2.6.2 sociedade que desempenhe atividade incompatível com o objeto da licitação;

2.6.3 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017.

2.6.4 empresas estrangeiras que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

2.6.5 autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

2.6.6 empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;

2.6.7 pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

2.6.8 aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

2.6.9 empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si;

2.6.10 pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de

escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

2.6.11 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

2.6.12 Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme [§ 1º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.7. O impedimento de que trata o item 2.6.7 será também aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

2.8. A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa a que se referem os itens 2.6.5 e 2.6.6 poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

2.9. Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

2.10. O disposto nos itens 2.6.5 e 2.6.6 não impede a licitação ou a contratação de serviço que inclua como encargo do contratado a elaboração do projeto básico e do projeto executivo, nas contratações integradas, e do projeto executivo, nos demais regimes de execução.

2.11. Em licitações e contratações realizadas no âmbito de projetos e programas parcialmente financiados por agência oficial de cooperação estrangeira ou por organismo financeiro internacional com recursos do financiamento ou da contrapartida nacional, não poderá participar pessoa física ou jurídica que integre o rol de pessoas sancionadas por essas entidades ou que seja declarada inidônea nos termos da [Lei nº 14.133, de 2021](#).

2.12. A vedação de que trata o item 2.6.12 estende-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

3. DO ORÇAMENTO ESTIMADO

3.1. O orçamento estimado da presente contratação não será de caráter sigiloso.

4. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

4.1. Na presente licitação, a fase de habilitação sucederá as fases de apresentação de propostas e de julgamento.

4.2. Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, as propostas de técnica e as propostas de preço até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública.

4.3. Caso a fase de habilitação anteceda as fases de apresentação de propostas, os licitantes encaminharão, na forma e no prazo estabelecidos no item anterior, simultaneamente os documentos de habilitação, a proposta de técnica e a proposta de preço, observado o disposto nos itens 7.1.1 e 7.13.1 deste Edital.

4.3.1 Na hipótese acima, não haverá ordem de classificação na etapa de apresentação da proposta e dos documentos de habilitação pelo licitante, o que ocorrerá somente após os procedimentos de que trata o Capítulo 6 deste Edital.

4.4. No cadastramento da proposta de técnica e da proposta de preço, o licitante deverá observar que a proposta comercial, nesta etapa do certame, consistirá exclusivamente na informação do valor global ofertado, permanecendo eventual exigência de composição analítica de custos, quantitativos, custos unitários, BDI, encargos sociais e outros exigidos pela Administração sujeita ao disposto no item 6.22 deste Edital. O licitante declarará ainda, em campo próprio do sistema, que:

4.4.1 está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos, bem como de que a proposta de técnica e da proposta de preço apresentadas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de sua entrega em definitivo e que cumpre plenamente os requisitos de habilitação definidos no instrumento convocatório;

4.4.2 não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do [artigo 7º, XXXIII, da Constituição](#);

4.4.3 não possui empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos [incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal](#);

4.4.4 cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

4.5. Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa e empresa de pequeno porte.

4.6. Não poderá se beneficiar do tratamento jurídico diferenciado estabelecido nos arts. 42 a 49 da Lei Complementar nº 123, de 2006, a pessoa jurídica:

4.6.1 de cujo capital participe outra pessoa jurídica;

4.6.2 que seja filial, sucursal, agência ou representação, no País, de pessoa jurídica com sede no exterior;

4.6.3 de cujo capital participe pessoa física que seja inscrita como empresário ou seja sócia de outra empresa que receba tratamento jurídico diferenciado nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.4 cujo titular ou sócio participe com mais de 10% (dez por cento) do capital de outra empresa não beneficiada pela Lei Complementar nº 123, de 2006, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.5 cujo sócio ou titular seja administrador ou equiparado de outra pessoa jurídica com fins lucrativos, desde que a receita bruta global ultrapasse o limite de que trata o inciso II do art. 3º da referida lei;

4.6.6 constituída sob a forma de cooperativas, salvo as de consumo;

4.6.7 que participe do capital de outra pessoa jurídica;

4.6.8 que exerça atividade de banco comercial, de investimentos e de desenvolvimento, de caixa econômica, de sociedade de crédito, financiamento e investimento ou de crédito imobiliário, de corretora ou de distribuidora de títulos, valores mobiliários e câmbio, de empresa de arrendamento mercantil, de seguros privados e de capitalização ou de previdência complementar;

4.6.9 resultante ou remanescente de cisão ou qualquer outra forma de

desmembramento de pessoa jurídica que tenha ocorrido em um dos 5 (cinco) anos-calendário anteriores;

4.6.10 constituída sob a forma de sociedade por ações.

4.6.11 cujos titulares ou sócios guardem, cumulativamente, com o contratante do serviço, relação de pessoalidade, subordinação e habitualidade.

4.7. A falsidade da declaração de que trata os itens 4.4 sujeitará o licitante às sanções previstas na [Lei nº 14.133, de 2021](#), e neste Edital.

4.8. Os licitantes poderão retirar ou substituir as propostas de técnica e as propostas de preço ou, na hipótese de a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

4.9. Serão disponibilizados para acesso público os documentos que compõem as propostas dos licitantes convocados, após a fase da apresentação de propostas.

4.10. Os documentos complementares à proposta de técnica, quando necessários à confirmação daqueles exigidos no edital de licitação e já apresentados, serão encaminhados pelo licitante mais bem classificado, após o encerramento da etapa competitiva, observado o prazo de que trata o item 7.13.1.

4.11. Caberá ao licitante interessado em participar da licitação acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e se responsabilizar pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pela Administração ou de sua desconexão.

4.12. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

5. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

5.1. O licitante deverá enviar sua proposta técnica, através do sistema eletrônico, contendo os seguintes requisitos:

5.1.1. A Proposta Técnica deverá conter a designação da licitante (nome, endereço, CNPJ e inscrição estadual e municipal) e demais características indispensáveis a uma perfeita individualização, devendo ser enviada através do sistema eletrônico. Toda a documentação, excetuando-se mapas, fluxogramas, diagramas, gráficos e fotos deverá estar em formato A4, fonte Arial 12, espaçamento simples, em linguagem clara, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, obedecendo a seguinte disposição e número máximo de páginas por capítulo.

Os desenhos, mapas, fluxogramas, diagramas, gráficos e fotos, poderão ser apresentados em formato A3.

5.1.2. Não serão computadas as páginas referentes a Atestados e respectivas Certidões de Acervo Técnico, bem como as do "Curriculum Vitae", Índice de Documentos Previstos, Índice da Proposta e Folhas de Rosto. As páginas que excederem ao limite a seguir estabelecido, observando-se sua ordem sequencial, não serão consideradas para efeito de atribuição de nota.

Em suma, a Proposta Técnica deverá descrever em que consiste e como a licitante desenvolverá os trabalhos, obedecendo e se restringindo aos seguintes aspectos:

- Índice: deverá incluir no mínimo a paginação de cada capítulo;
- Apresentação: máximo de 02 (duas) páginas; neste tópico, serão prestadas informações relativas ao objeto da proposta, Edital, atividades a serem desenvolvidas e nome da licitante;

- Conhecimento do Problema: máximo de 20 (vinte) páginas;
- Metodologia e Plano de Trabalho: máximo de 20 (vinte) páginas.

a.) Conhecimento do Problema

Demonstração de conhecimento dos trabalhos a serem desenvolvidos, bem como dos aspectos relevantes e problemas potenciais que poderão interferir na execução dos mesmos. A proponente deve apresentar texto contemplando a seguinte análise:

- a.1) Descrição do escopo dos serviços, com destaque para as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Obras com enfoque no gerenciamento de obras.
- a.2) Descrição geral dos trabalhos a serem executados.
- a.3) Indicação de problemas que possam interferir no desenvolvimento dos trabalhos.

A pontuação deste capítulo está apresentada no subitem 6.16.1.1. do presente Edital.

b.) Metodologia e Plano de Trabalho

Apresentação clara e objetiva da Metodologia e do Plano de Trabalho idealizados para o atendimento ao estabelecido no Termo de Referência – Anexo I deste Edital, contemplando a descrição das atividades e a inter-relação entre elas, dos métodos e os critérios que serão utilizados para realização dos serviços, de forma a atender plenamente o objetivo da contratação.

Deverão ser considerados os seguintes aspectos, além de outros que a proponente julgar cabíveis:

- b.1) Metodologia idealizada para a prestação dos serviços, descrevendo os métodos e processos que serão utilizados na realização das atividades discriminadas no Termo de Referência – Anexo I deste Edital.
- b.2) Planejamento concebido para o desenvolvimento das atividades.
- b.3) Descrição da Estrutura Técnico-Administrativa a ser mobilizada para a execução dos serviços contemplando recursos humanos, instalações, equipamentos e veículos, incluindo a apresentação de:
 - Organograma da equipe alocada e suas funções, contendo a discriminação dos vários setores interdisciplinares com suas vinculações técnico-administrativas.
 - Cronograma de Permanência, conforme modelo Anexo IV.2. estimando a correspondente previsão do tempo de permanência nos serviços para cada profissional alocado em tempo integral ou parcial na estrutura dos trabalhos.
- b.4) Programação prevista para a realização dos trabalhos, incluindo a apresentação do Cronograma Geral dos Serviços, conforme modelo – Anexo IV.3 - com a consolidação dos desenvolvimentos apresentados nos demais itens do Plano de Trabalho.

A pontuação deste capítulo está apresentada no subitem 6.16.1.2 deste Edital.

c.) Equipe Técnica Chave

A licitante deverá indicar os profissionais designados para as funções abaixo descritas, preenchendo o modelo constante no Anexo ... – Modelo de Relação da Equipe Técnica Chave. A equipe deve ter experiência em trabalhos técnicos compatíveis com o objeto da presente licitação, comprovada por meio da apresentação de atestados e/ou currículos dos profissionais dessa equipe técnica chave, no máximo de 3 (três) páginas por currículo, conforme Anexo – Modelo de Curriculum Vitae.

- Coordenador geral do contrato;
- Engenheiro com experiência em gerenciamento ou supervisão na fiscalização de

obras de infraestrutura rodoviária.

A assinatura de cada técnico da Equipe Técnica Chave no currículo significará a sua anuência e conhecimento sobre os dados fornecidos, sua concordância para ser incluído na equipe, nas atividades e níveis definidos e seu compromisso de estar disponível no período proposto.

As proponentes e os membros das equipes técnicas indicadas, responderão na forma da Lei, pela veracidade das informações prestadas, reservando-se a Comissão Julgadora de Licitações – CJL o direito de proceder às diligências que julgar necessária.

Os Técnicos relacionados na Equipe Técnica Chave da proponente não poderão integrar, em nenhuma hipótese, equipe técnica de outra proponente, sob pena de sua desclassificação.

c.1) O Coordenador Geral do Contrato e o Engenheiro com experiência em Gerenciamento ou Supervisão de Obras deverão estar devidamente registrados no CREA e ter vínculo com a licitante, a ser comprovado conforme a seguir disposto:

c.1.1.) Mediante cópia do Registro na Carteira Profissional, Ficha do Empregado ou Contrato de Trabalho, sendo possível à contratação de profissional autônomo, que preencha os requisitos e se responsabilize tecnicamente pela execução dos serviços.

c.1.2.) Quando se tratar de dirigente(s) de empresa, tal comprovação poderá ser feita por meio de cópia da Ata da Assembleia, referente à sua investidura no cargo ou do Contrato Social.

c.2.) O(s) profissional(is) indicado(s) pela licitante para compor sua equipe deverá(ão) participar dos serviços, objeto da licitação, admitindo-se a substituição por profissional(is) de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo DER/SP.

Quando da assinatura do contrato, a licitante obriga-se a apresentar toda documentação da equipe indicada, para fins dos devidos registros junto ao CREA.

A pontuação desses profissionais está detalhada no subitem 6.16.1.3 deste Edital.

5.2. O licitante deverá enviar sua proposta de preços mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

5.2.1 Valor total do item.

5.3. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam o licitante.

5.4. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na execução do objeto.

5.5. Os preços ofertados serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

5.6. Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses.

5.7. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

5.8. Na presente licitação, a Microempresa e a Empresa de Pequeno Porte poderão se beneficiar do regime de tributação pelo Simples Nacional.

5.9. A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência/Projeto Básico, assumindo o proponente o compromisso de executar o objeto licitado nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e

utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

5.9.1 O prazo de validade da proposta não será inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação.

5.9.2 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas;

5.10. O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do [art. 71, inciso IX, da Constituição](#); ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

5.11. Será adotado o modo de disputa fechado, em que os licitantes apresentarão propostas que permanecerão em sigilo até o início da sessão pública, sendo vedada a apresentação de lances.

6. DA ABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA E DA FASE DE JULGAMENTO

6.1. A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

6.2. Iniciada a sessão pública, o Agente de Contratação/Comissão deverá informar no sistema o prazo para a atribuição de notas à proposta de técnica e de preço, e a data e o horário para manifestação da intenção de recorrer do resultado do julgamento, nos termos do item 9.3 deste Edital.

6.2.1 Eventual postergação do prazo a que se refere o item 6.2 deve ser comunicada tempestivamente pelo Agente de Contratação/Comissão, via sistema.

6.3. O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Agente de Contratação/Comissão e os licitantes.

6.4. Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Agente de Contratação/Comissão persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Agente de Contratação/Comissão aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

6.5. O Agente de Contratação/Comissão verificará as condições de participação no certame de todos os licitantes, conforme previsto no [art. 14 da Lei nº 14.133/2021](#), legislação correlata e no item 2.3 do edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

6.5.1 SICAF; e

6.5.2 Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://portal.datransparencia.gov.br/pagina-interna/603244-cnep>).

6.6. A consulta aos cadastros será realizada no nome e no CNPJ da empresa licitante.

6.6.1 A consulta no CEIS quanto às sanções previstas na Lei nº 8.429, de 1992, também ocorrerá no nome e no CPF do sócio majoritário da empresa licitante, se houver, por força do art. 12 da citada lei.

6.7. Caso conste na Consulta de Situação do licitante a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o Agente de Contratação/Comissão diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas

Indiretas.

6.7.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

6.7.2 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação.

6.7.3 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

6.8. Na hipótese de inversão das fases de habilitação e julgamento, caso atendidas as condições de participação, será iniciado o procedimento de habilitação.

6.9. Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às ME/EPPs, o Agente de Contratação/Comissão verificará se faz jus ao benefício, em conformidade com os itens 2.7 e 4.6 deste edital.

6.10. Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o Agente de Contratação/Comissão realizará, em conjunto com a banca designada, a verificação da conformidade das propostas.

6.10.1 O(s) sindicato(s) indicado(s) no subitem acima não é (são) de utilização obrigatória pelos licitantes, mas, ao longo da execução contratual, sempre se exigirá o cumprimento dos acordos, dissídios ou convenções coletivas adotados por cada licitante/contratado.

6.11. Serão desclassificadas as propostas que:

6.11.1 contiverem vícios insanáveis;

6.11.2 não obedecerem às especificações técnicas contidas no Termo de Referência/Projeto Básico;

6.11.3 apresentarem preços inexequíveis ou permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

6.11.4 não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

6.11.5 apresentarem desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.

6.12. Na avaliação de conformidade das propostas de técnica e de preço deverão ser indicadas as razões de eventuais desclassificações.

6.13. A análise e avaliação da conformidade das propostas será iniciada pelo exame de conformidade das propostas de técnica, observadas as regras e as condições previstas neste edital e seus anexos (art. 27, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.14. A análise dos quesitos de natureza qualitativa será realizada pela banca designada (art. 26, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.15. No julgamento das propostas técnicas, será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta Técnica (NT), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

6.16. A Proposta Técnica será avaliada mediante o exame dos documentos e informações apresentados no Envelope nº 1, para a atribuição da Nota da Proposta Técnica.

a) A Comissão Julgadora de Licitações – CJL analisará e pontuará as Propostas Técnicas por item, comparativamente, levando em consideração a clareza e a objetividade da Proposta, sua consistência e atendimento às exigências do Edital.

b) Serão atribuídas notas a cada alínea e na sequência a cada item de acordo com os níveis de adequação, devendo as propostas conter os elementos necessários e suficientes para uma correta avaliação.

c) Deverá ser elaborada uma apresentação de análise e comentários de forma discursiva sobre alguns aspectos, além de outros que a proponente julgar cabíveis e complementares.

d) Serão considerados os seguintes aspectos gerais de avaliação:

- Conhecimento e domínio dos conceitos e das técnicas de serviços a serem prestados, dentro da filosofia a ser adotada pelo objeto da atual licitação;
- Compatibilidade e relacionamento entre as várias atividades apresentadas, demonstrando a visão sistêmica e a abrangência da proposta apresentada;
- Consistência e coerência com as exigências, especificações, orientações e normas estabelecidas neste Edital e pelo DER/SP;
- Grau de abordagem e objetividade da proposta;
- Metodologia de planejamento e desenvolvimento de trabalho;
- Propostas com alternativas que demonstrem conhecimentos diferenciais, proporcionando melhorias significativas na prestação dos serviços.

o Conhecimento do Problema - (NT-1) – nota máxima = 40 pontos;

o Plano de Trabalho - (NT-2) – nota máxima = 40 pontos;

o Equipe Técnica Chave – (NT-3) - nota máxima = 20 pontos

o Portanto a nota final da Proposta Técnica – NT será apurada da seguinte forma:

$$NT = (NT-1) + (NT-2) + (NT-3)$$

6.16.1.1. Conhecimento do Problema (NT-1) – Pontuação Máxima = 40 pontos

Deverá ser feita demonstração da abrangência dos trabalhos, evidenciando o conhecimento dos serviços a executar e dos possíveis problemas e ações para seu controle e funcionamento.

Neste quesito, a nota será atribuída em função da capacidade de análise e de visão da proponente dos serviços, objeto da licitação.

$$NT-1 = NT-1a + NT-1b + NT-1c$$

Neste quesito, deverão ser abordados, no mínimo, os seguintes itens:

ALÍNEA	DISCRIMINAÇÃO	NOTA MÁXIMA
NT-1a	Descrição do escopo dos serviços, com destaque para as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Obras com enfoque no gerenciamento de obras	16,0
NT-1b	Descrição geral dos trabalhos	14,0

NT-1c	Indicação de problemas que possam interferir no desenvolvimento dos trabalhos	10,0
TOTAL		40,0

a) Critérios de Pontuação:

PONDERAÇÕES / CONCEITOS	Pontuação Parcial por Item		
	NT-1 a	NT-1 b	NT-1 c
Ótimo	16,0	14,0	10,0
Bom	12,0	12,0	6,0
Médio	8,0	7,0	5,0
Regular	4,0	3,0	2,0
Insuficiente	1,0	1,0	1,0
Não Abordado / Inaceitável	0,0	0,0	0,0

b) A pontuação será atribuída dentro dos seguintes conceitos:

(i) NÃO ABORDADO / INACEITÁVEL

Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a proponente: (i) não apresentou as informações e proposições mínimas requeridas; (ii) apresentou as informações e proposições com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; (iii) apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital.

(ii) INSUFICIENTE

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que as proposições da proponente não satisfazem, adequadamente, às expectativas mínimas do DER/SP quanto à qualidade dos serviços que a proponente se propõe a prestar.

(iii) REGULAR

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mas não apresentou proposições ou organização no sentido de propiciar um

aperfeiçoamento perceptível dos métodos de trabalho ou um conhecimento diferencial dos problemas que apontem para melhorias em relação às condições mínimas exigidas no Edital, para a execução dos serviços, objeto desta licitação, em resumo, serão qualificados como Regulares os itens de avaliação da Proposta Técnica que apenas atendam integralmente as condições mínimas exigidas. Abordagens com poucas informações técnicas e padrões limitados de análise.

(iv) MÉDIO

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando, no entanto, um conhecimento mais aprofundado dos problemas envolvidos, dos respectivos projetos e das tarefas que está se propondo a realizar, mostrando evidência de que oferece condições de atuar com desempenho melhor do que o mínimo exigido pelo Edital, podendo colaborar significativamente para melhorias dos trabalhos.

(v) BOM

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas pelo DER/SP e em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, com proposições de modificações de metodologia, de atuação conforme especificado, de apresentação de resultados e de formas de organização que indiquem claramente ao DER/SP uma substancial melhora de qualidade nos serviços a serem executados, em relação às expectativas iniciais do DER/SP. Abordagens com informações técnicas suficientes para a caracterização do assunto.

(vi) ÓTIMO

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e as proposições além e acima das mínimas requeridas pelo DER/SP e em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, evidenciando, no entanto, além de conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, proposições de inovações, de métodos de trabalho mais eficazes e eficientes, tanto no campo prático como no de conhecimentos teóricos, para a execução dos serviços, objeto desta licitação, com proposições que assegurem ao DER/SP estar sendo oferecido um serviço superior às expectativas iniciais do órgão, que propiciarão ao mesmo aprimorar seus procedimentos gerenciais, juntamente com seus procedimentos de acompanhamento da elaboração de projetos. Abordagem completa com informações técnicas adequadas e importantes, demonstrando profundo conhecimento técnico de análise.

6.16.1.2. Plano de Trabalho - (NT-2) – Pontuação Máxima = 40 pontos

$$\text{NT-2} = \text{NT-2 a} + \text{NT-2 b} + \text{NT-2 c} + \text{NT-2 d}$$

Neste quesito deverão ser abordados os seguintes itens:

ALÍNEA	ITENS	NOTA MÁXIMA
NT-2 a	Metodologia a ser adotada	15,0

NT-2 b	Planejamento das atividades	10,0
NT-2 c	Estrutura Técnico – Administrativa	8,0
NT-2 d	Programação dos trabalhos	7,0
TOTAL		40,0

a) Critérios de Pontuação:

PONDERAÇÕES / CONCEITOS	Pontuação Parcial por Item			
	NT-2 a	NT-2 b	NT-2 c	NT-2 d
Ótimo	15,0	10,0	8,0	7,0
Bom	12,0	8,0	6,0	5,0
Médio	9,0	5,0	4,0	3,0
Regular	6,0	3,0	2,0	2,0
Insuficiente	2,0	1,0	1,0	1,0
Não Abordado / Inaceitável	0,0	0,0	0,0	0,0

b) A pontuação será atribuída dentro dos seguintes conceitos:

(i)-NÃO ABORDADO / INACEITÁVEL

Nesta qualificação serão enquadrados os itens de avaliação para os quais a proponente: (i) não apresentou as informações e proposições mínimas requeridas; (ii) apresentou as informações e proposições com falhas, erros ou omissões que apontem para o conhecimento insuficiente dos assuntos; (iii) apresentou os conhecimentos necessários, mas em desacordo com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital.

(ii)-INSUFICIENTE

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mas contendo erros ou omissões que, embora não caracterizem conhecimento insuficiente dos assuntos, sugerem que as proposições da proponente não satisfazem, adequadamente, às expectativas mínimas do DER/SP quanto à qualidade dos serviços que a proponente se propõe a prestar.

(iii)-REGULAR

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mas não apresentou proposições ou organização no sentido de propiciar um aperfeiçoamento perceptível dos métodos de trabalho ou um conhecimento diferencial dos

problemas que apontem para melhorias em relação às condições mínimas exigidas no Edital, para a execução dos serviços, objeto desta licitação, em resumo, serão qualificados como Regulares os itens de avaliação da Proposta Técnica que apenas atendam integralmente as condições mínimas exigidas. Abordagens com poucas informações técnicas e padrões limitados de análise.

(iv)-MÉDIO

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições mínimas requeridas, em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando, no entanto, um conhecimento mais aprofundado dos problemas envolvidos, dos respectivos projetos e das tarefas que está se propondo a realizar, mostrando evidência de que oferece condições de atuar com desempenho melhor do que o mínimo exigido pelo Edital, podendo colaborar significativamente para melhorias dos trabalhos.

(v)-BOM

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e proposições além e acima das mínimas requeridas pelo DER/SP e em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, mostrando um conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, com proposições de modificações de metodologia, de atuação conforme especificado, de apresentação de resultados e de formas de organização que indiquem claramente ao DER/SP uma substancial melhora de qualidade nos serviços a serem executados, em relação às expectativas iniciais do DER/SP. Abordagens com informações técnicas suficientes para a caracterização do assunto.

(vi)-ÓTIMO

Serão enquadrados nesta qualificação os itens de avaliação para os quais a proponente apresentou as informações e as proposições além e acima das mínimas requeridas pelo DER/SP e em conformidade com as condições estabelecidas no Termo de Referência deste Edital para elaboração da Proposta Técnica, evidenciando, no entanto, além de conhecimento profundo e abrangente de todos os assuntos relacionados com os trabalhos licitados, proposições de inovações, de métodos de trabalho mais eficazes e eficientes, tanto no campo prático como no de conhecimentos teóricos, para a execução dos serviços, objeto desta licitação, com proposições que assegurem ao DER/SP estar sendo oferecido um serviço superior às expectativas iniciais do órgão, que propiciarão ao mesmo aprimorar seus procedimentos gerenciais, juntamente com seus procedimentos de acompanhamento da elaboração de projetos. Abordagem completa com informações técnicas adequadas e importantes, demonstrando profundo conhecimento técnico de análise.

6.16.1.3. Equipe Técnica Chave - (NT-3) – Pontuação Máxima = 20 pontos

As notas parciais referentes à Equipe Técnica Chave serão atribuídas para os profissionais, de acordo com os critérios detalhados nos itens a seguir.

6.16.1.3.1. a.) Coordenador Geral – NT-3CG (10 pontos)

Indicação de um técnico executivo, com vínculo com a licitante, conforme subitem 6.16.1.3 – alínea “a.” e subitem 6.16.1.3. - alíneas “a” e “b”, com experiência devidamente comprovada, em coordenação e/ou responsabilidade técnica de serviços de apoio ao gerenciamento de programas de infraestrutura de transporte, cujos dados devem ser apresentados mediante preenchimento do Anexo IV.4 – Curriculum Vitae e Anexo IV.5 – Quadro Resumo de Experiência da Equipe Técnica Chave, conforme modelos constantes do presente Edital.

A comprovação dar-se-á através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrados no CREA (Certificado de Acervo Técnico - CAT) e/ou outros compatíveis com o órgão regulador da atividade, que comprovem ter exercido as atividades indicadas no parágrafo anterior. Para a demonstração do tempo de experiência deverá ser apresentado juntamente com o currículo à frente dos atestados, a Contagem de Tempo de Experiência Profissional, conforme modelo - Anexo IV.6.

a.1) Critério de Pontuação para o Cargo de Coordenador Geral:

Tempo de experiência (NT)	Pontuação
Mais de 12 anos	10,0
Mais de 10 anos até 12 anos	7,0
De 08 anos até 10 anos	4,0
Observações: • Não serão aceitos profissionais com menos de 08 (oito) anos de Experiência para exercer a função; • O tempo de experiência será aferido através do currículo e dos respectivos atestados comprobatórios da experiência do profissional designado pela proponente.	

b) Engenheiro com experiência em gerenciamento ou supervisão na fiscalização de obras de infraestrutura rodoviária – NT-3P (10,0 pontos)

Indicação de um técnico executivo, conforme subitem 6.16.1.3 – alínea “b” e subitem 6.16.1.3. alíneas “a” e “b”, com experiência devidamente comprovada, em coordenação e/ou supervisão de obras de infraestrutura rodoviária ou ainda ter sido responsável técnico pela execução dos serviços, cujos dados devem ser apresentados mediante preenchimento do Anexo IV.4 – Curriculum Vitae e Anexo IV.5 – Quadro Resumo de Experiência da Equipe Técnica Chave, conforme modelos constantes do presente Edital. A comprovação dar-se-á através de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público ou privado devidamente registrados no CREA (Certificado de Acervo Técnico – CAT) e/ou outros compatíveis com o órgão regulador da atividade, que comprovem ter exercido a atividades indicadas no parágrafo anterior. Para a demonstração do tempo de experiência deverá ser apresentado juntamente com o currículo à frente dos atestados, a Contagem de Tempo de Experiência Profissional, conforme modelo – Anexo IV.6 Engenheiro com experiência em gerenciamento ou supervisão na fiscalização de obras de infraestrutura rodoviária.

b.1) Critério de pontuação para o Cargo de Engenheiro com experiência em gerenciamento ou supervisão na fiscalização de obras de infraestrutura rodoviária.

Tempo de experiência (NT)	Pontuação
Mais de 10 anos	10,0
Mais de 08 anos até 10 anos	7,0
De 05 anos até 08 anos	4,0

Observações:

- Não serão aceitos profissionais com menos de 05 (cinco) anos de Experiência para exercer a função;
- O tempo de experiência será aferido através do currículo e dos respectivos atestados comprobatórios da experiência do profissional designado pela proponente.

C) Pontuação da Equipe Técnica – NT-3 O cálculo da pontuação da equipe técnica se dará pela aplicação da seguinte fórmula:

$$NT-3 = (NT-3CG + NT-3P)$$

NOTA DA PROPOSTA TÉCNICA

A Nota Técnica Final (NT) da Proposta Técnica será obtida utilizando-se a seguinte fórmula:

$$NT = (NT1) + (NT2) + (NT3)$$

Serão “desclassificadas” as propostas técnicas que:

a) Não atenderem o subitem 6.16. e não estiverem em conformidade com os modelos do Edital;

b) Apresentarem a mesma equipe técnica, ainda que parcial, por mais de uma licitante.

6.17. Apresentarem a mesma equipe técnica, ainda que parcial, por mais de uma licitante.

6.18. Concluída a avaliação e ponderação das propostas técnicas o Agente de Contratação/Comissão realizará a verificação da conformidade das propostas de preço.

6.19. No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração.

6.19.1 A inexecuibilidade, na hipótese de que trata o item anterior, só será considerada após diligência do Agente de Contratação/Comissão, que comprove:

6.19.1.1. que o custo do licitante ultrapassa o valor da proposta; e

6.19.1.2. inexistirem custos de oportunidade capazes de justificar o vulto da oferta.

6.20. Em contratação de serviços de engenharia, além das disposições acima, a análise de exequibilidade e sobrepreço considerará o seguinte:

6.20.1 Nos regimes de execução por tarefa, empreitada por preço global ou empreitada integral, semi-integrada ou integrada, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.20.2 No regime de empreitada por preço unitário, a caracterização do sobrepreço se dará pela superação do valor global estimado;

6.20.3 No caso de serviços de engenharia, serão consideradas inexecuíveis as propostas cujos valores forem inferiores a 75% (setenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, independentemente do regime de execução.

6.20.4 Será exigida garantia adicional do licitante vencedor cuja proposta for inferior a 85% (oitenta e cinco por cento) do valor orçado pela Administração, equivalente à diferença entre este último e o valor da proposta, sem prejuízo das demais garantias exigíveis de acordo com a Lei.

6.21. Se houver indícios de inexecuibilidade da proposta de preço, ou em caso da

necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

6.22. Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

6.22.1 Em se tratando de serviços de engenharia, o licitante vencedor será convocado a apresentar à Administração, por meio eletrônico, as planilhas com indicação dos quantitativos e dos custos unitários, seguindo o modelo elaborado pela Administração, bem como com detalhamento das Bonificações e Despesas Indiretas (BDI) e dos Encargos Sociais (ES), com os respectivos valores adequados ao valor final da proposta vencedora, admitida a utilização dos preços unitários, no caso de empreitada por preço global, empreitada integral, contratação semi-integrada e contratação integrada, exclusivamente para eventuais adequações indispensáveis no cronograma físico-financeiro e para balizar excepcional aditamento posterior do contrato.

6.22.2 Em se tratando de serviços com fornecimento de mão de obra em regime de dedicação exclusiva cuja produtividade seja mensurável e indicada pela Administração, o licitante deverá indicar a produtividade adotada e a quantidade de pessoal que será alocado na execução contratual.

6.22.3 Caso a produtividade for diferente daquela utilizada pela Administração como referência, ou não estiver contida na faixa referencial de produtividade, mas admitida pelo ato convocatório, o licitante deverá apresentar a respectiva comprovação de exequibilidade.

6.22.4 Os licitantes poderão apresentar produtividades diferenciadas daquela estabelecida pela Administração como referência, desde que não alterem o objeto da contratação, não contrariem dispositivos legais vigentes e, caso não estejam contidas nas faixas referenciais de produtividade, comprovem a exequibilidade da proposta.

6.22.5 Para efeito do subitem anterior, admite-se a adequação técnica da metodologia empregada pela contratada, visando assegurar a execução do objeto, desde que mantidas as condições para a justa remuneração do serviço.

6.23. Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

6.23.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas.

6.23.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

6.24. Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

6.25. Será atribuída ao licitante uma Nota da Proposta de Preço (NP), de acordo com o seguinte parâmetro matemático:

$$NP = \frac{\quad}{V} \times 100$$

V

onde:

NP = Nota de preço.

M = Menor valor global proposto entre os licitantes classificados.

V = Valor global proposto pela licitante.

Para o cálculo das pontuações, as notas serão arredondadas até os centésimos de acordo com a NBR 5891, da ABNT.

6.26. Após análise das propostas de técnica e de preço, será estabelecida a pontuação final das licitantes, de acordo com a média ponderada das valorações de acordo com a seguinte fórmula:

$$NF = (70 * NT + 30 * NP) / 100$$

onde:

NF = Nota Final;

NT = Nota da Proposta Técnica;

NP = Nota da Proposta de Preços.

6.26.1. A classificação das licitantes far-se-á em ordem decrescente dos valores das Notas Finais, sendo declarada vencedora a licitante que atingir a maior Nota Final.

6.26.2. Caso ocorra empate entre duas ou mais propostas, a classificação será feita por sorteio em ato público, para o qual todas as licitantes serão convocadas, nos termos do Artigo 60, da Lei Federal nº 14.133/21.

6.27. Encerrados os prazos estabelecidos nos itens 5.2 e 5.2.1, o sistema ordenará e divulgará as notas ponderadas das propostas de técnica e de preço em ordem decrescente, considerando a maior pontuação obtida, bem como informará as notas de cada proposta por licitante. (art. 21, §2º, da IN SEGES/MGI nº 2/2023).

6.28. Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de análise das propostas de técnica e de preço, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com a Nota Final da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos [arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006](#), regulamentada pelo [Decreto nº 8.538, de 2015](#).

6.28.1. Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 10% (dez por cento) acima da maior Nota Final serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

6.28.2. A melhor classificada nos termos do subitem anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em preço que corresponda a Nota Final superior à da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

6.28.3. Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 10% (dez por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

6.28.4. No caso de equivalência das Notas Finais atribuídas às microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta para desempate.

6.29. Havendo eventual empate entre Notas Finais, o critério de desempate será aquele previsto no [art. 60 da Lei nº 14.133, de 2021](#), nesta ordem:

6.29.1. disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta de preço em ato contínuo à classificação;

6.29.2. avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

6.29.3. desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

6.29.4. desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

6.29.5 Persistindo o empate, será assegurada preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

6.29.5.1. empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

6.29.5.2. empresas brasileiras;

6.29.5.3. empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

6.29.5.4. empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da [Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009](#).

6.30. Esgotados todos os demais critérios de desempate previsto em lei, a escolha do licitante vencedor ocorrerá por sorteio, em ato público, para o qual todos os licitantes serão convocados, vedado qualquer outro processo.

6.31. Encerrada a etapa de análise das propostas, na hipótese de a proposta de preço do primeiro colocado permanecer acima do preço máximo definido para a contratação, o Agente de Contratação/Comissão poderá negociar condições mais vantajosas, após definida a melhor Nota Final entre os licitantes.

6.31.1 A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.

6.31.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

6.32. O resultado da negociação será registrado na ata da sessão pública e anexado aos autos do processo licitatório.

6.33. O Agente de Contratação/Comissão solicitará ao licitante mais bem classificado que, no prazo de **2 (duas) horas**, envie a proposta adequada à negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares.

6.34. Caso o Termo de Referência/Projeto Básico exija a apresentação de amostra, o licitante classificado em primeiro lugar deverá apresentá-la, conforme disciplinado no Termo de Referência/Projeto Básico, sob pena de não aceitação da proposta.

6.35. Por meio de mensagem no sistema, será divulgado o local e horário de realização do procedimento para a avaliação das amostras, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais licitantes.

6.36. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.

6.37. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita pelo Agente de Contratação/Comissão, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas neste Edital, a proposta do licitante será recusada.

6.38. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), o Agente de Contratação/Comissão analisará a aceitabilidade da proposta ofertada pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes no Termo de Referência/Projeto Básico.

6.39. É facultado ao Agente de Contratação/Comissão prorrogar o prazo acima estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7. DA FASE DE HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos previstos no Termo de Referência e demais Anexos deste edital, necessários e suficientes para demonstrar a capacidade do licitante de realizar o objeto da licitação, serão exigidos para fins de habilitação, nos termos dos [arts. 62 a 70 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.1.1 A documentação exigida para fins de habilitação jurídica, fiscal, social e trabalhista e econômico-financeira, poderá ser substituída pelo registro cadastral no SICAF.

7.2. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

7.3. Na hipótese de o licitante vencedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para fins de assinatura do contrato, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no [Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016](#), ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

7.4. Quando permitida a participação de consórcio de empresas, a habilitação técnica, quando exigida, será feita por meio do somatório dos quantitativos de cada consorciado e, para efeito de habilitação econômico-financeira, quando exigida, será observado o somatório dos valores de cada consorciado.

7.4.1 Se o consórcio não for formado integralmente por microempresas ou empresas de pequeno porte e o Termo de Referência/Projeto Básico exigir requisitos de habilitação econômico-financeira, haverá um acréscimo de 30% (trinta por cento), para o consórcio em relação ao valor exigido para os licitantes individuais.

7.5. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser apresentados em original, por cópia.

7.6. Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

7.7. Será verificado se o licitante apresentou declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.

7.8. Será verificado se o licitante apresentou no sistema, sob pena de inabilitação, a

declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

7.9. O licitante deverá apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

7.10. Considerando que na presente contratação a avaliação prévia do local de execução é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, o licitante deve atestar, sob pena de inabilitação, que conhece o local e as condições de realização do serviço, assegurado a ele o direito de realização de vistoria prévia.

7.10.1 O licitante que optar por realizar vistoria prévia terá disponibilizado pela Administração data e horário exclusivos, a ser agendado através do contato indicado nos Anexos VI – Condições Gerais de Habilitação, de modo que seu agendamento não coincida com o agendamento de outros licitantes.

7.10.2 Caso o licitante opte por não realizar vistoria, poderá substituir a declaração exigida no presente item por declaração formal assinada pelo seu responsável técnico acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

7.11. A habilitação será verificada por meio do Sicaf, nos documentos por ele abrangidos.

7.11.1 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

7.12. É de responsabilidade do licitante conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no Sicaf e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

7.12.1 A não observância do disposto no item anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

7.13. A verificação pelo Agente de Contratação/Comissão, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

7.13.1 Os documentos exigidos para habilitação que não estejam contemplados no Sicaf serão enviados por meio do sistema, em formato digital, no prazo de 02 (duas) horas, prorrogável por igual período, contado da solicitação do Agente de Contratação/Comissão.

7.14. A verificação no Sicaf ou a exigência dos documentos nele não contidos somente será feita em relação ao licitante vencedor.

7.14.1 Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência/Projeto Básico somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

7.14.2 Respeitada a exceção do subitem anterior, relativa à regularidade fiscal, quando a fase de habilitação anteceder as fases de apresentação de propostas e de julgamento, a verificação ou exigência do presente subitem ocorrerá em relação a todos os licitantes.

7.15. Após a entrega dos documentos para habilitação, não será permitida a substituição

ou a apresentação de novos documentos, salvo em sede de diligência, para:

7.15.1 complementação de informações acerca dos documentos já apresentados pelos licitantes e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

7.15.2 atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

7.16. Na análise dos documentos de habilitação, o Agente de Contratação/Comissão poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, mediante decisão fundamentada, registrada em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

7.17. Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Agente de Contratação/Comissão examinará as propostas do licitante subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de propostas que atenda ao presente edital, observado o prazo disposto no subitem 7.13.1.

7.18. Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.

7.19. A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação.

7.20. Quando a fase de habilitação anteceder a de julgamento e já tiver sido encerrada, não caberá exclusão de licitante por motivo relacionado à habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento.

8. DO TERMO DE CONTRATO

8.1. Após a homologação e adjudicação, caso se conclua pela contratação, será firmado termo de contrato, ou outro instrumento equivalente.

8.1.1. O vencedor será convocado através de publicação no D.O.E para no prazo de 30 (trinta) dias prestar a garantia de execução.

8.2. O adjudicatário terá o prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o termo de contrato ou instrumento equivalente, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

8.3. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou instrumento equivalente, a Administração poderá: a) encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR), para que seja assinado e devolvido no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar da data de seu recebimento; b) disponibilizar acesso a sistema de processo eletrônico para que seja assinado digitalmente em até 05 (cinco) dias úteis; ou c) outro meio eletrônico, assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis para resposta após recebimento da notificação pela Administração.

8.4. Os prazos dos itens 8.1 e 8.3 poderão ser prorrogados, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

8.5. O prazo de vigência da contratação é o estabelecido no Termo de Referência/Projeto Básico.

8.6. Na assinatura do contrato ou instrumento equivalente será exigida a comprovação das condições de habilitação e contratação consignadas neste Edital, que deverão ser mantidas pelo fornecedor durante a vigência do contrato.

9. DOS RECURSOS

9.1. A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no [art. 165 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

9.2. O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.

9.3. Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

9.3.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente, sob pena de preclusão;

9.3.2 o prazo para a manifestação da intenção de recorrer não será inferior a 10 (dez) minutos.

9.3.3 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

9.3.4 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no [§ 1º do art. 17 da Lei nº 14.133, de 2021](#), o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

9.4. Os recursos deverão ser encaminhados em campo próprio do sistema.

9.5. O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

9.6. Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

9.7. O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

9.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

9.9. O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

9.10. Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados no sítio eletrônico através de peticionamento através do Sistema Eletrônico de Informações sei!, cujo cadastro como usuário externo deverá ser realizado no Sistema de Informações Eletrônicas (sei!) do DER/SP, realizado através do Portal sei! do Governo do Estado de São Paulo, no endereço <https://portal.sei.sp.gov.br/usuario-externo>, conforme Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023 que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, ou pelo endereço eletrônico cgl@der.sp.gov.br.

10. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES

10.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

10.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo Agente de Contratação/Comissão durante o certame;

10.1.2 salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não manter a proposta em especial quando:

10.1.2.1. não enviar a proposta após a negociação;

- 10.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;
- 10.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;
- 10.1.2.4. deixar de apresentar amostra; ou
- 10.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital.

10.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

10.1.4 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

10.1.5 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

10.1.6 fraudar a licitação;

10.1.7 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

10.1.7.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

10.1.7.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;

10.1.7.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada.

10.1.8 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação ;

10.1.9 praticar ato lesivo previsto no [art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013](#).

10.2. Com fulcro na [Lei nº 14.133, de 2021](#), a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

10.2.1 advertência;

10.2.2 multa;

10.2.3 impedimento de licitar e contratar; e

10.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

10.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida;

10.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

10.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

10.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

10.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

10.4. A multa será recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial.

10.4.1 Para as infrações previstas nos itens 10.1.1., 10.1.2. e 10.1.3., a multa será de 10% (dez por cento) do valor do contrato licitado.

10.4.2 Para as infrações previstas nos itens 10.1.4., 10.1.5, 10.1.6., 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, a multa será de 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado.

10.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de

inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

10.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

10.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 10.1.1., 10.1.2., 10.1.3. e 10.1.4, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

10.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 10.1.5, 10.1.6., 10.1.7, 10.1.8 e 10.1.9, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 10.1.1., 10.1.2., 10.1.3. e 10.1.4 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no [art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021](#).

10.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 10.1.3., caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do [art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022](#).

10.10. A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

10.11. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

10.12. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

10.13. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

10.14. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

10.15. Para a garantia da ampla defesa e contraditório dos licitantes, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

10.15.1 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

11. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

11.1. Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na

aplicação da [Lei nº 14.133, de 2021](#), devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

11.2. A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

11.3. A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, pelo Sistema Eletrônico de Informações sei!, cujo cadastro como usuário externo deverá ser realizado no Sistema de Informações Eletrônicas (sei!) do DER/SP, realizado através do Portal sei! do Governo do Estado de São Paulo, no endereço <https://portal.sei.sp.gov.br/usuario-externo>, conforme Decreto nº 67.641, de 10 de abril de 2023 que dispõe sobre o uso de meio eletrônico para a formalização de processo administrativo no âmbito da Administração Pública Estadual, ou pelo endereço eletrônico cgla@der.sp.gov.br.

11.4. As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

11.5. A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

11.6. Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

12. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1. Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

12.2. Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Agente de Contratação/Comissão.

12.3. Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília - DF.

12.4. A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

12.5. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

12.6. Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

12.7. Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

12.8. O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

12.9. Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

12.10. O Edital e seus anexos estão disponíveis, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e endereço eletrônico <https://www.der.sp.gov.br/WebSite/Licitacoes/LicitacoesGeral.aspx>.

12.11. Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

12.11.1 Anexo I – Termo de Referência e Anexos;

- 12.11.1.1 Anexo I.1 – Apêndice I – Estudo Técnico Preliminar;
- 12.11.2 Anexo II – Planilha Orçamentária Detalhada;
- 12.11.3 Anexo III – Minuta de Termo de Contrato;
 - 12.11.3.1 Anexo III.1 – Condições Gerais do Contrato;
- 12.11.4 Anexo IV – Modelos – PROPOSTA TÉCNICA:
 - 12.11.4.5 Anexo IV.1 – Modelo de Quadro Resumo - Experiencia da Equipe Técnica;
 - 12.11.4.6 Anexo IV.2 – Modelo de Contagem de Tempo de Experiência Profissional;
 - 12.11.4.7. Anexo IV.3 - Modelo de Cronograma Geral dos Serviços;
 - 12.11.4.8. Anexo IV.4 - Modelo de Curriculum Vitae;
 - 12.11.4.9. Anexo IV.5 - Modelo de Quadro Resumo - Experiencia da Equipe Técnica ;
 - 12.11.4.10. Anexo IV.6 - Modelo de Contagem de Tempo do Profissional;
- 12.11.5 Anexo V – Modelos – Proposta de Preços:
 - 12.11.5.1. Anexo V.1 – Modelo de Carta Proposta;
 - 12.11.5.2. Anexo V.2 – Modelo de Planilha de Proposta de Preços Detalhada;
 - 12.11.5.3. ANEXO V.2.1 - Modelo de Quadro Resumo da Proposta de Preços;
 - 12.11.5.4. ANEXO V.3 - Modelo de Cronograma Físico Financeiro;
 - 12.11.5.5. ANEXO V.4 - Modelo de Cronograma Financeiro;
 - 12.11.5.6. ANEXO V.5 - Modelo de Composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas;
 - 12.11.5.7. ANEXO V.6 - Modelo Composição da Taxa de Encargos Sociais;
 - 12.11.5.8. ANEXO V.7 - Modelo de Tabela de Custos de Insumos;
 - 12.11.5.9. ANEXO V.8 - Modelo de Composição de Preço Unitário;
 - 12.11.5.10. ANEXO V.8 - Modelo de Composição de Preço Unitário;
 - 12.11.5.11. ANEXO V.9 - Modelo de Composição de Preço Mensal do Equipamento;
 - 12.11.5.12. ANEXO V.10 - Modelo de Composição de Preço KM Efetivamente Rodado;
 - 12.11.5.13. ANEXO V.11 - Explicação e Critérios de Preços;
- 12.11.6. Anexo VI – Condições Gerais de Habilitação;
 - 12.11.6.1. Anexo VI.1 – Cálculo dos Quocientes;
 - 12.11.6.2. Anexo VI.2 - Declaração de Contratos Firmados;
- 12.11.7. Anexo VII – Modelos de Declarações;
 - 12.11.7.1. Anexo VII.1 – Declaração Exigida para Habilitação;
 - 12.11.7.1.2. Anexo VII.2. – Declaração de Conhecimento do Local e das Condições da Realização do Objeto da Licitação Precedida de Vistoria (Elaborada pelo Licitante);
 - 12.11.7.1.2.1 Anexo VII.2.1. – Declaração de Conhecimento do Local e das Condições da Realização do Objeto da Licitação (Elaborada pelo Licitante);

12.11.7.1.2.2 ANEXO VII.2.2. Declaração de Conhecimento Pleno das Condições e Peculiaridades da Contratação (Em papel timbrado do licitante);

12.11.7.1.2.3. Anexo VII.3 – Modelo de Declaração de Futura Contratação de Responsável Técnico;

12.11.8 Anexo VIII – Modelos de Termo de Compromisso e Adesão ao Código de Conduta Ética

São Paulo, na data da assinatura eletrônica.

Sergio Henrique Codello Nascimento
Presidente do DER/SP



Documento assinado eletronicamente por **Sergio Henrique Codello Nascimento, Presidente**, em 16/06/2026, às 12:37, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no [Decreto Estadual nº 67.641, de 10 de abril de 2023](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.sp.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador 0110814474 e o código CRC **CC3A07F0**.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO I

Termo de Referência

ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER

Termo de Referência 92/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
92/2026	262201-ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER	JOHNNY GALDINO DE LIMA	14/05/2026 16:08 (v 0.6)
Status			
ASSINADO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
V - prestação de serviços, inclusive os técnico-profissionais especializados/Serviço continuado sem dedicação exclusiva de mão de obra		139.00044320/2026-17

1. Definição do objeto

- 1.1. A presente contratação tem por finalidade selecionar empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de apoio ao Departamento de Estradas
- 1.2. Em caso de eventual divergência entre a descrição do item do catálogo do sistema Compras.gov.br e as disposições deste Termo de Referência, prevalecem as disposições deste Termo de Referência
- 1.3. Este Termo de Referência foi elaborado em conformidade com o Decreto estadual nº 68.185, de 11 de dezembro de 2023.
- 1.4. O objeto desta contratação não se enquadra como serviços de luxo, observando o disposto no Decreto estadual nº 67.985, de 27 de setembro de 2023.
- 1.5. Os serviços objeto desta contratação são descritos como serviços técnicos especializados, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 1.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura do Termo de Contrato ou data específica definida no respectivo termo, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.
- 1.8. O Contratado não poderá subcontratar, ceder ou transferir, total ou parcialmente, o objeto da licitação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar (ETP), parte II

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1. O presente Termo de Referência tem como objetivo fornecer informações sobre a contratação dos componentes de serviços das obras rodoviárias das C
- 3.5.2. Relatórios Técnicos de Acompanhamento das Obras (B).
- A proponente deverá apoiar a DO no monitoramento contínuo da execução das obras e o apoio técnico direto à fiscalização do DER/SP, por meio da realiza
- 3.5.3. Modelagem BIM As-Built e Relatórios Técnicos: Apoio nas análises especiais, estudos avançados e relatório técnico conclusivo das obras (C).

A proponente deverá apoiar a DO nas análises técnicas especializadas, estudos aprofundados de engenharia, modelagem e compatibilização de informações

Esse registro digital ampliará a capacidade de controle do DER/SP, garantindo maior transparência, eficiência e suporte à tomada de decisão, além de servir como base para futuras atividades de manutenção, conservação e reabilitação da infraestrutura rodoviária.

A entrega deste produto ocorrerá à medida que as etapas das obras forem sendo concluídas, ocasião em que a CONTRATADA deverá entregar o modelo BIM As-Built correspondente. Além disso, a entrega será realizada de forma mensal, por meio de relatório específico que comprove as atividades desenvolvidas durante o período, acompanhado de relatório técnico da modelagem BIM.

O relatório deverá descrever detalhadamente os procedimentos de modelagem realizados, incluindo metodologias adotadas (ex.: levantamento topográfico, escaneamento a laser, fotogrametria aérea por drones), critérios de avaliação e resultados obtidos, acompanhados de arquivos digitais da modelagem, registros fotográficos georreferenciados e demais evidências que comprovem a execução. A responsabilidade pela elaboração e entrega caberá integralmente à empresa contratada, que deverá garantir a fidedignidade das informações e a rastreabilidade dos procedimentos de modelagem.

O DER/SP será responsável pela validação e aprovação dos relatórios, podendo requerer complementações ou ajustes sempre que necessário.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade 4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

Garantia da Contratação

4.2. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.2.1. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.2.2. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

4.2.3. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

Vistoria

4.3. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é recomendável para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades inerentes à natureza do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, em horário comercial, devendo o agendamento ser efetuado previamente pelo endereço eletrônico do@der.sp.gov.br.

4.3.1 Caso o licitante opte por realizar a vistoria/visita técnica, o representante legal da empresa ou o responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e um documento expedido pela empresa, comprovando sua habilitação para a realização da vistoria. Após a visita, a concorrente deverá apresentar uma declaração confirmando que efetuou a vistoria e que está ciente das condições da contratação.

4.3.2. Caso o licitante opte por não realizar a vistoria, deverá prestar declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

4.3.3. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

Procedimentos Técnicos e Administrativos 4.4.1 O principal objetivo da CONTRATADA é consolidar a capacidade de planejamento e gestão dos serviços

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Para apresentar a metodologia a ser utilizada, as proponentes deverão considerar o escopo dos serviços apresentados no item 3. Todavia, estes elemento

5.4. O prazo previsto para realização dos serviços é de 12 meses contados a partir da emissão da nota de serviço, prorrogáveis por iguais e sucessivos períodos, até o limite máximo de 10 (dez) anos, nos termos do Artigo 107 da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que não seja denunciado formalmente por qualquer das partes, com antecedência mínima de 90 (noventa) dias.

5.5. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.5.1. A execução do objeto se iniciará em até 30 (trinta) dias da assinatura do contrato;

5.5.1.1. O início da execução da prestação dos serviços será dado através da Ordem de Execução de Serviço, a ser emitido pelo Contratante;

5.5.1.2. A descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho deverá ser apresentado pela contratada de forma simplificada e objetiva.

5.5.1.3. O desenvolvimento dos serviços será fixado conforme o cronograma físico-financeiro apresentado pela CONTRATADA. Este cronograma será elaborado de forma abrangente, cobrindo o escopo dos serviços delineados no item 3 e seguirá as datas aprazadas para as medições, conforme previsto na minuta do contrato.

5.6. A CONTRATADA, conforme mencionado anteriormente executará suas funções sob a direção da DO instituída especificamente para esse fim. A equipe da CONTRATADA deverá lotar parte da equipe no edifício sede do DER/SP, na cidade de São Paulo nas dependências da DO. A proponente deverá considerar nos seus custos, o fornecimento de todos os equipamentos de informática (computadores, periféricos e suprimentos), materiais de escritório e demais elementos necessários ao perfeito desenvolvimento dos trabalhos.

5.6.1. Os equipamentos e recursos fornecidos deverão estar em perfeitas condições de uso, atender às especificações técnicas aplicáveis e garantir precisão, segurança e continuidade das operações.

5.6.2. A seguir, será apresentada a relação mínima de equipamentos obrigatórios para a execução dos serviços, acompanhada das respectivas especificações técnicas, assegurando a plena conformidade com os requisitos contratuais.

I. Item: Notebook Quantidade: 32 unidades.

Especificações configuração mínima:

- a) Processador Intel Core i7, 14ª geração;
- b) Memória RAM 16 GB, DDR4 - 3.200MHz;
- c) Armazenamento SSD 512 GB;
- d) RTX3050;
- e) Monitor IPS de 15,6”;
- f) Portas USB 3.0.
- g) Rede Wireless 802.11;
- h) Bluetooth 4.1;

5.6.3. A CONTRATADA deverá providenciar a disponibilização (durante o prazo de vigência contratual) das seguintes licenças, para todas as máquinas:

- a) Sistema Operacional: Microsoft Windows 11 Professional, ou similar;
- b) Pacote de Produtividade: Microsoft Office 2024 Professional Plus, ou similar.
- c) Demais sistemas/programas necessários para o desenvolvimento dos serviços.

II. Item: Desktop I Quantidade: 17 unidades.

Especificações configuração mínima:

- a) Processador Intel Core i7, 14ª geração;
- b) Memória RAM 32 GB, DDR4- 3.200MHz;
- c) Armazenamento SSD 1.0 TB;
- d) Placa de Vídeo RTX4070;
- e) Teclado e Mouse;
- f) Monitor IPS de 27"
- g) Portas USB 3.0.
- h) Fonte 500W;

A CONTRATADA deverá providenciar a disponibilização (durante o prazo de vigência contratual) das seguintes licenças, para todas as máquinas:

- a) Sistema Operacional: Microsoft Windows 11 Professional ou similar;
- b) Pacote de Produtividade: Microsoft Office 2024, ou similar.
- c) AutoCAD 2026 d) Civil 3D III. Item: Smartphone Quantidade: 32 unidades.

Especificações configuração mínima:

- a) Smartphone Android 14.0;
- b) Processador Octa-Core, Velocidade de 2.4GHz;
- c) Bandas 2G GSM, 3G, 3G Downlink / Uplink: HSPA+ 42 / 5.76 Mbps, 4G e 5G quando disponível;
- d) Bluetooth v5.3, Wi-Fi 802.11a/b/g/n/ac/ax 2.4GHz+5GHz;
- e) 2 Chips Tipo Nano SIM (4FF), ou compatível com os aparelhos;
- f) Sensores: acelerômetro, giroscópio, sensor geomagnético, luminosidade e sensor hall;
- g) Display: tamanho 6.6" com res. de 1080 X 2340 (Fhd+);
- h) Câmera: traseira de 50MP e frontal de 32MP;
- i) Vídeo: suporte para reprodução: MP4, M4V, 3GP, 3G2, AVI, FLV, MKV, WEBM;
- j) Imagem: suporte para A-GIF, BMP, GIF, JPEG, PNG, WebP, WBMP;
- k) GNSS: GPS e A-GPS
- l) Memória: interna total compartilhada de 128GB;
- m) Suporte a Cartão de Memória: Micro SD 1TB;
- n) Memória RAM: 8GB;
- o) Bateria: Li-Ion 5000mAh.

A CONTRATADA deverá providenciar a disponibilização mensal: Pacote de voz e dados com a maior rede de cobertura do estado de São Paulo.

IV. Item: Drone de mapeamento com RTK e sistema LiDAR aéreo de alta precisão.

Quantidade: 01 unidades.

Especificações configuração mínima:

- a) Peso de decolagem (com hélices): Peso de decolagem (com hélices)
- b) Peso máximo de decolagem (com hélices): 15,8 kg
- c) Carga máx.: 6 kg
- d) Tamanho da hélice: 25"
- e) Distância máx. de voo (sem vento): 49km
- f) Tempo de voo: 59 min;
- g) GPS + Galileo + BeiDou + GLONASS;
- h) Precisão RTK GNSS: RTK Fix 1 cm + 1 ppm (horizontal), 1,5 cm + 1 ppm (vertical)
- i) Orientação RTK: Suporta orientação RTK com uma precisão melhor que 2°
- j) Carga máxima para conector único do estabilizador: 1400g k) Carga máxima para conector do estabilizador Zenmuse L3: 2100g
- l) Tipo de detecção: Sistema de visão binocular omnidirecional (visão surround fornecida por sensores de visão olho de peixe em cores), LiDAR rotativo horizontal, LiDAR superior e sensor de alcance infravermelho 3D inferior, radar de ondas milimétricas em seis direções.
- m) Capacidade da Bateria: 20254 mAh
- n) Tensão padrão da bateria: 48,23V
- o) Tipo de celular da bateria: Li-ion 13S
- p) Sistema de transmissão de vídeo: Sistema de transmissão de vídeo aprimorado
- q) Distância máx. de transmissão: 40 km (FCC) e 20 km (CE/STRRC/MIC)
- r) Resolução da tela: 1920 × 1200
- s) Dimensões da tela: 7,02"
- t) Precisão do sistema de nuvem de pontos (Lidar): A 120 m de altitude de voo precisão vertical 3 cm (RMSE), precisão horizontal 4 cm (RMSE) em altitude de voo de 300 m precisão vertical 5 cm (RMSE) precisão horizontal 7,5 cm (RMSE)
- u) Espessura da nuvem de pontos: 1,2 cm@1σ (120m altitude de voo nadir) e 2 cm@1σ (300 m altitude de voo nadir)
- v) Comprimento de onda do laser: 1535nm
- w) Divergência do feixe de laser: 0,25 mrad (1/e²)
- x) Alcance de detecção Lidar: 700 m com refletividade de 10%, 350 kHz, 950 m com refletividade de 10%, 100 kHz e 2000 m com refletividade de 80%, 100 kHz
- y) Câmera RGB de mapeamento sensor: CMOS de 4/3
- z) Lente Câmera RGB de mapeamento: Distância focal equivalente a 28 mm,FOV: 73,3° (diagonal), 62° (horizontal), 41,2° (vertical) Abertura: f/2.0 a f /11
- aa) Frequência do Receptor GNSS: GPS: L1C/A, L2C, L5, BDS: B1I, B2I, B3I, B1C, B2a, B2b, GALILEO: E1, E5a, E5b, E6, GLONASS: L1, L2, QZSS: L1C/A, L2C, L5 e Banda L
- bb) Potência do transmissor (EIRP): 2,4000 GHz a 2,4835 GHz: <33 dBm (FCC)20 dBm (CE/STRRC/MIC), 5,150 GHz a 5,250 GHz: <23 dBm (CE /FCC), 5,725 GHz a 5,850 GHz: <33 dBm (FCC)<30 dBm (STRRC)<14 dBm (CE
- cc) Bluetooth: 5.1
- dd) Distância máx. de transmissão no modo estação de retransmissão: FCC
- ee) Entre a aeronave e a estação de retransmissão: 25 km entre a estação de retransmissão e o controle remoto

V. Item: Sistema de câmera veicular embarcada com GPS, Wi-Fi e acesso remoto.

Quantidade: 01 unidade por veículo operacional vinculado aos serviços.

Especificações configuração mínima:

- a) Sistema de gravação veicular digital embarcado, compatível com operação contínua em veículos utilizados em atividades de gerenciamento e acompanhamento de campo;
- b) Câmera frontal com resolução mínima Full HD 1080p;
- c) Capacidade de gravação contínua durante todo o período de operação do veículo;
- d) Lente com ângulo mínimo de abertura de 140°;
- e) Sistema de visão noturna ou tecnologia equivalente para gravação em ambientes com baixa luminosidade;
- f) GPS integrado para rastreamento e georreferenciamento dos deslocamentos realizados;
- g) Sistema de conectividade Wi-Fi integrado;
- h) Sistema de transmissão remota de dados via plataforma web e/ou aplicativo compatível com sistemas Android e iOS;
- i) Possibilidade de acesso remoto às imagens e vídeos capturados em campo;
- j) Armazenamento local em cartão de memória ou unidade equivalente, com capacidade mínima de 128 GB;
- k) Sistema de gravação com sobrescrita automática dos arquivos mais antigos;
- l) Registro automático de data, horário, velocidade e coordenadas geográficas nas gravações realizadas;
- m) Sistema de monitoramento em tempo real da localização do veículo;
- n) Possibilidade de extração de relatórios operacionais contendo, no mínimo:
 - rotas percorridas;
 - histórico de deslocamentos;
 - quilometragem;
 - tempo de operação;
 - localização geográfica;
 - velocidade média e máxima;

- o) Sistema de rastreamento operacional compatível com utilização em toda a malha rodoviária sob administração do DER/SP;
- p) Alimentação elétrica compatível com sistemas automotivos 12V e/ou 24V;
- q) Sistema de fixação adequado para instalação veicular contínua;
- r) Resistência compatível com vibração, poeira e variações térmicas típicas de operação em campo;
- s) Possibilidade de exportação das gravações e relatórios em formatos digitais compatíveis com sistemas computacionais usuais;
- t) Plataforma de gerenciamento remoto com acesso mediante login e senha;
- u) Sistema apto ao armazenamento e rastreabilidade das atividades executadas em campo, permitindo suporte ao acompanhamento operacional das equipes vinculadas ao gerenciamento;
- v) Todos os equipamentos, licenças, acessórios, cabeamentos, dispositivos de armazenamento, suportes e demais componentes necessários ao pleno funcionamento do sistema deverão estar inclusos no fornecimento.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte respo

Preposto

6.6. O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.7. O Contratado deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto durante o período de execução dos serviços.

6.8. O Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que o Contratado designará outro para o exercício da atividade.

Rotinas de Fiscalização

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.11. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.12. Identificada qualquer inexactidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.13. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.14. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.15. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiv

Gestor do Contrato

6.18. O gestor do contrato exercerá a atividade de coordenação dos atos de fiscalização técnica, administrativa e setorial e dos atos preparatórios à instrução processual visando, entre outros, à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e extinção do contrato (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, inciso III do art. 2º).

6.19. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação do Contratado, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso IX).

6.20. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VI).

6.21. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VIII).

6.22. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração (Decreto estadual nº 68.220, de 2023, art. 16, inciso VII e parágrafo único).

6.23. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. A execução dos serviços objeto do contrato será avaliada por medições mensais que serão encerradas no décimo quinto dia de cada mês, a partir da orde

8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade CONCORRÊNCIA, sob a forma ELETRÔNICA

9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da Contratação é de R\$ 18.004.171,20 (dezoito milhões quatro mil e cento e setenta e um reais e vinte centavos), conforme custo

10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Estado. 11.2. A contrata

1. Gestão/unidade: 26051;
2. Fonte de recursos: 1500100001;
3. Programa de trabalho: 26782262714180000;
4. Elemento de despesa: 449051.

11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OLIVIO GOMES LYRA FILHO

Diretor de Obras



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 16:08:43.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO I.1

ESTUDO TÉCNICO

PRELIMINAR - ETP

ESP-DEPTO. ESTRADAS DE RODAGEM-DER

Estudo Técnico Preliminar 105/2026**1. Informações Básicas**

Número do processo: 139.00044320/2026-17

2. Descrição da necessidade

2.1 A presente contratação decorre da necessidade de fortalecimento da capacidade técnico-operacional do Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, frente ao elevado volume e à complexidade dos empreendimentos de infraestrutura rodoviária sob sua responsabilidade.

2.2 O problema a ser enfrentado consiste na limitação de recursos humanos e operacionais disponíveis no quadro próprio da Autarquia para o adequado gerenciamento simultâneo de múltiplos contratos de obras e serviços de engenharia, os quais demandam acompanhamento contínuo, controle rigoroso de prazos, custos e qualidade, além de observância às normas técnicas, ambientais e de segurança vigentes.

2.3 A insuficiência de suporte técnico especializado pode comprometer a eficiência da gestão contratual, acarretando riscos como atrasos na execução das obras, falhas no controle de qualidade, inconsistências em medições, aumento de custos e, em última instância, prejuízos à segurança dos usuários e à durabilidade das intervenções realizadas.

2.4 Nesse contexto, a contratação de empresa especializada para prestação de serviços de gerenciamento mostra-se necessária para suprir essa lacuna operacional, proporcionando apoio técnico qualificado nas atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento, controle físico-financeiro, análise de projetos, gestão de riscos e suporte à fiscalização.

2.5 Sob a perspectiva do interesse público, a medida visa assegurar maior eficiência, economicidade e qualidade na execução dos empreendimentos rodoviários, contribuindo para a adequada aplicação dos recursos públicos, a melhoria das condições de trafegabilidade e segurança viária, bem como para a entrega tempestiva das obras à sociedade.

2.6 Ademais, destaca-se que a contratação possui caráter complementar, não implicando substituição de servidores do quadro permanente, mas sim o reforço necessário para o adequado desempenho das atribuições institucionais do DER/SP diante da magnitude e complexidade das demandas existentes.

2.7 Dessa forma, resta evidenciada a necessidade da contratação como instrumento essencial para garantir a efetividade das ações governamentais no setor de infraestrutura rodoviária.

2.8 – Outro aspecto importante ressaltar é que tais serviços são caracterizados como serviços de engenharia, uma vez que são de cunho predominantes de engenharia, com atendimento à requisitos pré-definidos, para garantir a manutenção e preservação das rodovias sob circunscrição deste Departamento, resguardando os investimentos feitos com vistas à segurança de tráfego e o conforto dos usuários. E almejando evitar a descontinuidade dos serviços citados, cumprindo a missão intrínseca do Departamento, iniciou-se o planejamento desta nova contratação regular, sob à luz da Lei Federal n.º 14.133 /2021.

3. Área requisitante

Área Requisitante	Responsável
Diretoria de Obras	Olívio Lyra Filho

4. Descrição dos Requisitos da Contratação

4.1 . Informações fornecidas no Termo de Referência.

5. Levantamento de Mercado

5.1. Notadamente quanto ao levantamento de mercado, imprescindível evidenciar que o Departamento de Estradas de Rodagem realiza licitações com base na Tabela de Preços Unitário (TPU) de elaboração e atualização periódica do próprio Órgão, inclusive com auxílio de empresas especializada, estes compatíveis com o mercado, portanto, o valor estimado de contratação é elaborado a partir da realização da composição detalhada dos serviços necessários para sua execução, contendo quantidades e unidades.

6. Descrição da solução como um todo

6.1 – O presente documento constitui-se no Estudo Técnico Preliminar para a contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos de apoio ao Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, voltados ao gerenciamento das atividades necessárias à execução das ações de engenharia integrantes do Programa de Investimentos, sob responsabilidade do DER-SP.

6.2 – A solução contempla o suporte técnico às atividades de planejamento, coordenação, acompanhamento e controle dos contratos, abrangendo, de forma sistêmica, as etapas de análise de projetos, programação e monitoramento físico-financeiro, controle de prazos e custos, verificação da conformidade dos serviços executados, apoio à fiscalização, gestão de riscos, bem como a consolidação de informações gerenciais para subsidiar a tomada de decisão.

7. Estimativa das Quantidades a serem Contratadas

7.1. As quantidades estimadas foram derivadas das informações contidas nos Orçamentos referenciais.

8. Estimativa do Valor da Contratação

Valor (R\$): 18.004.171,20

(dezoito milhões quatro mil centos e setenta e um reais e vinte centavos).

9. Justificativa para o Parcelamento ou não da Solução

9.1. A presente contratação não foi parcelada, tendo em vista a natureza integrada e interdependente dos serviços a serem executados, os quais compõem um conjunto indivisível de atividades técnicas voltadas ao gerenciamento de obras e serviços de engenharia no âmbito do DER/SP.

10. Contratações Correlatas e/ou Interdependentes

10.1. Até o momento do fechamento deste ETP não fora identificado a necessidade de contratações interdependentes para esta proposta.

11. Alinhamento entre a Contratação e o Planejamento

11.1. Considerando a necessidade da contratação, foram listados abaixo o ID do item no PCA, a Classe/Grupo e o Identificador da Futura Contratação. Esses dados estão disponíveis para consulta pública no Portal Nacional de Contratações Públicas (<https://tinyurl.com/2dn96vaw>). Para acessá-los, basta selecionar o Departamento de Estradas de Rodagem no campo “Órgãos” e, em seguida, escolher o plano correspondente à autarquia.

· Apoio e Gerenciamento (R\$ 18.004.171,20)

· ID do item no PCA: 1245

· Classe/Grupo: 833 - Serviços de Engenharia

· Identificador da Futura Contratação: 262201-564/2026

11.2. Pela necessidade dos serviços o mesmo está inserido nas condições do Plano Plurianual do Órgão.

12. Benefícios a serem alcançados com a contratação

12.1. O principal objetivo é maior controle físico-financeiro dos contratos, assegurando o cumprimento de prazos e a adequada aplicação dos recursos públicos, bem como a elevação da qualidade dos serviços executados, por meio do suporte técnico à fiscalização e da verificação contínua da conformidade com projetos e normas vigentes.

13. Providências a serem Adotadas

10.1. No âmbito do Departamento contratante, após a formalização do contrato, será alocado corpo técnico qualificado para atuar no apoio à fiscalização e à gestão contratual, com a devida designação de servidores capacitados para o exercício dessas funções, aos quais competirá o acompanhamento sistemático e rigoroso das atividades previstas, assegurando o fiel cumprimento das obrigações contratuais.

14. Possíveis Impactos Ambientais

14.1. A execução dos serviços deverá observar rigorosamente as normas e legislações aplicáveis à matéria, especialmente no que se refere à execução das obras, garantindo o atendimento aos requisitos técnicos, ambientais e de segurança pertinentes.

15. Declaração de Viabilidade

Esta equipe de planejamento declara **viável** esta contratação.

15.1. Justificativa da Viabilidade

15.1. Considerando todo o exposto neste documento técnico, declaração viável a contratação pretendida, consoante o §1º, art. 18 da Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021.

16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

OLIVIO GOMES LYRA FILHO

Diretor de Obras



Assinou eletronicamente em 14/05/2026 às 16:07:20.

N.OBRA - 130986.9 O TPU - JANEIRO / 26 (DER) NATUREZA - PRESTACAO DE SERVICOS ESPECIAIS
 OBJETO - CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE
 APOIO AO GERENCIAMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EXECUTADOS NO ÂMBITO
 DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DO DER/SP, SOB RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE
 OBRAS.

 * CODIGO DO I NOME REDUZIDO I UNIDADE DE I COD I QUANTIDADE I PRECO UNITARIO I PRECO TOTAL *
 * SUBITEM I DO SUBITEM I MEDIDA I REAJ I I (R\$) *

FASE 34 - SERVICOS TERCEIRIZADOS

34.88.08.01	PLAN.TRAB.SIST.GEST.	MENSAL	IMC	12,00	308.568,380	3.702.820,56
34.88.08.02	REL.TEC.ACOMPA.OBRAS	MENSAL	IMC	12,00	528.607,240	6.343.286,88
34.88.08.03	MOD.BIM ASBUILT RT	MENSAL	IMC	12,00	362.103,500	4.345.242,00
					SUBTOTAL	14.391.349,44

FASE 72 - EQUIPAMENTOS

72.02.11.05	VEIC.PEQ 110CV C-E	KM	IPC	1.152.000,00	1,720	1.981.440,00
72.02.11.06	VEIC.PEQ 110CV C-F	VEIC.MENS	IPC	288,00	5.664,520	1.631.381,76
					SUBTOTAL	3.612.821,76
					TOTAL DO ORCAMENTO	18.004.171,20



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO II

Planilha Orçamentária Detalhada



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO III

MINUTA DE CONTRATO



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM DO ESTADO DE SÃO PAULO

MINUTA DE TERMO DE CONTRATO

(Processo Administrativo nº 139.00044320/2026-17)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº **xx.xxx-x/202X**,
CELEBRADO ENTRE O(A) Departamento de
Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo –
DER/SP, POR INTERMÉDIO, DA DIRETORIA DE
OBRAS – D.O.

O Departamento de Estradas de Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP, por intermédio da Diretoria de Obras - DO, com sede na Avenida do Estado, nº 777 – Bairro Ponte Pequena, na cidade de São Paulo/Estado de São Paulo, inscrito(a) no CNPJ sob o nº 43.052.497/0001-02, neste ato representado pelo Senhor Olívio Gomes Lyra Filho, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº XXX.XXX. 638-02, no uso da competência conferida pela Portaria PR/DER-020/2026, publicada no DOE de 16 de janeiro de 2026, como ordenador da despesa, doravante denominado CONTRATANTE, e o(a), inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº, sediado(a) na, doravante designado(a) CONTRATADO, neste ato representado(a) por (nome e função no Contratado), inscrito(a) no CPF sob o nº, conforme atos constitutivos da fornecedora **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº 139.00044320/2026-17 e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas da legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente da Concorrência Eletrônica nº 90.136/2026, mediante as condições a seguir enunciadas, de acordo com as subdivisões subseqüentes na forma de cláusulas e respectivos itens que compõem este instrumento.

CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de serviços contratação de empresa especializada para prestação de serviços técnicos de apoio ao gerenciamento das obras e serviços de engenharia executados no âmbito do Programa de Investimentos do DER/SP, conforme detalhamento e especificações técnicas deste instrumento, do Termo de Referência, da proposta do Contratado e demais documentos da contratação constantes do processo administrativo em epígrafe.

1.2. Objeto da contratação:

ANEXAR PROPOSTA DETALHADA VENCEDORA

1.3. O presente Termo de Contrato vincula-se à seguinte documentação, que se considera parte integrante deste instrumento, independentemente de transcrição:

1.3.1.O **Termo de Referência**;

1.3.2.O Edital da Licitação;

1.3.3.A Proposta do Contratado; e

1.3.4.Eventuais anexos dos documentos supracitados.

1.4. O regime de execução deste contrato é o de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. O prazo de vigência da contratação é de 17 (dezessete) meses contados do(a) data de emissão da primeira Nota de Serviço, na forma procedimental do CONTRATANTE e do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.1.O prazo de execução dos serviços é de 12 (doze) meses.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

2.1.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para o contrato.

2.1.3. Quando a não conclusão do objeto da contratação decorrer de culpa do Contratado:

2.1.3.1. O Contratado será constituído em mora, aplicáveis a ele as respectivas sanções administrativas;

2.1.3.2. O Contratante poderá optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual, nos termos do parágrafo único do artigo 111 da Lei nº 14.133, de 2021.

2.1.4. Não obstante o prazo estipulado nesta cláusula, quando ultrapassado o exercício, a vigência nos exercícios subsequentes ao da celebração do contrato estará sujeita a condição resolutiva, consubstanciada esta na inexistência de recursos aprovados nas respectivas Leis Orçamentárias de cada exercício para atender as respectivas despesas. Ocorrendo a resolução do contrato, com base na condição estipulada nesta subdivisão, o Contratado não terá direito a qualquer espécie de indenização.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de início, conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto, e critérios de medição, constam no Termo de Referência, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO

4.1. Não é admitida a cessão ou transferência, total ou parcial, do objeto contratual, mas é permitida a subcontratação parcial do objeto, até o limite de 30% (trinta por cento) do valor total do contrato, nas seguintes condições.

4.1.1. É vedada a subcontratação completa ou das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto licitado, ou seja, o conjunto de itens para os quais houver sido exigida na habilitação, como requisito de qualificação técnica, a comprovação de capacidade técnico-profissional ou de capacidade técnico-operacional.

4.1.1.1. A autorização dada pela Unidade Contratante é condição para a subcontratação regular, mas não implica em partilha nem redução das responsabilidades contratuais e legais assumidas pela contratada.

4.1.2. A subcontratação só será permitida, mediante prévia e expressa autorização da Unidade Contratante, a Contratada poderá subcontratar parte do objeto licitado, com base na Portaria SUP/DER 129, de 16/11/2021, publicada no Diário Oficial do Estado em 17/11/2021:

4.1.3. Em qualquer hipótese de subcontratação, permanece a responsabilidade integral do Contratado pela perfeita execução contratual, cabendo-lhe realizar a supervisão e coordenação das atividades do subcontratado, bem como responder direta e solidariamente perante o Contratante pelo rigoroso cumprimento das obrigações contratuais correspondentes ao objeto da subcontratação.

4.1.4. A subcontratação será formalizada de acordo com o seguinte procedimento:

4.1.4.1. Submissão, pelo Contratado, de pedido por escrito e fundamentado de subcontratação parcial, contendo descrição da parcela do objeto que se pretende subcontratar, acompanhado de planilha detalhada demonstrando a quantidade e o valor da parcela a ser subcontratada;

4.1.4.2. Autorização prévia do Contratante, por escrito, para a subcontratação parcial, desde que seja verificado o cumprimento dos requisitos necessários para a subcontratação;

4.1.4.3. Apresentação pelo Contratado dos documentos do subcontratado de regularidade jurídica, fiscal, social e trabalhista exigidos na habilitação do certame, bem como de documentação



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

que comprove a capacidade técnica do subcontratado, nos termos do art. 122, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021;

- 4.1.4.4. Análise e autorização da subcontratação parcial pelo Contratante, por escrito, desde que verificado o preenchimento dos requisitos após exame da documentação do subcontratado apresentada pelo Contratado. O Contratado poderá substituir o subcontratado cuja regularidade e capacidade técnica não sejam demonstradas conforme a documentação exigida no subitem anterior, mantido o mesmo objeto, no prazo que lhe for assinalado pelo Contratante;
- 4.1.4.5. Apresentação pelo Contratado de cópia do Termo de Subcontratação ou ajuste equivalente celebrado entre o Contratado e o subcontratado, o qual será juntado aos autos do processo administrativo;
- 4.1.4.6. Este procedimento é aplicável às hipóteses de substituição do subcontratado.
- 4.1.4.7. Os pagamentos serão realizados exclusivamente ao Contratado.
- 4.1.4.8. É vedada a subcontratação de pessoa física ou jurídica, se aquela ou os dirigentes desta mantiverem vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou se deles forem cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral, ou por afinidade, até o terceiro grau.

CLÁUSULA QUINTA – PREÇO (art. 92, V)

- 5.1. O valor total da contratação é de R\$...... (.....)
- 5.2. No valor acima estão incluídos, além do lucro, todas as despesas diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.
- 5.3. O valor indicado nesta cláusula é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao Contratado dependerão dos quantitativos efetivamente demandados, medidos e fornecidos.
- 5.4. Caso o Contratado seja optante pelo Simples Nacional e, por causa superveniente à contratação, perca as condições de enquadramento como microempresa ou empresa de pequeno porte ou, ainda, torne-se impedido de beneficiar-se desse regime tributário diferenciado por incorrer em alguma das vedações previstas na Lei Complementar nº 123, de 2006, não poderá deixar de cumprir as obrigações avençadas perante a Administração, tampouco requerer o reequilíbrio econômico-financeiro, com base na alegação de que a sua proposta levou em consideração as vantagens daquele regime tributário diferenciado.

CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)

- 6.1. O prazo para pagamento ao Contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência e nas Condições Gerais do Contrato, que constitui parte integrante deste Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)

- 7.1. Os preços inicialmente ajustados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 1 (um) ano contado da data do orçamento estimado, especificada na subdivisão subsequente.
- 7.2. O orçamento estimado pela Administração baseou-se nas planilhas referenciais [elaboradas com base na Tabela de Preços Unificados – TPU do DER/SP do mês de janeiro/2026, motivo pelo qual esta é a data do orçamento estimado.
- 7.3. É previsto reajuste anual dos preços inicialmente ajustados, de modo que, caso o prazo de execução do objeto contratual ultrapasse a data em que se configure 1 (um) ano a contar da data do orçamento estimado, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Contratante, pela Tabela de Preços Unificados – TPU do DER/SP, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

- 7.4. No caso de reajuste(s) subsequente(s) ao primeiro, o interregno mínimo de 1 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 7.5. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 7.6. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 7.7. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 7.8. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 7.9. O reajuste será realizado por apostilamento.

CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)

8.1. São obrigações do Contratante:

- 8.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e a documentação que o integra;
- 8.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 8.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, a expensas do Contratado;
- 8.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 8.1.5. Comunicar ao Contratado para emissão de Nota Fiscal em relação à parcela incontroversa, para efeito de liquidação e pagamento, se houver parcela incontroversa no caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, observando-se o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.6. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
- 8.1.7. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 8.1.8. Cientificar o órgão de representação judicial da Procuradoria Geral do Estado para adoção das medidas cabíveis quando necessária medida judicial diante do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 8.1.9. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste, observado o prazo de 30 (trinta) dias para decisão, a contar da conclusão da instrução do requerimento, admitida a prorrogação motivada, por igual período, e excepcionada a hipótese de disposição legal ou cláusula contratual que estabeleça prazo específico;
- 8.1.10. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contado a partir da conclusão da instrução do requerimento, sendo admitida a prorrogação motivada desse prazo por igual período, e observado o disposto no parágrafo único do art. 131 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.11. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- 8.1.12. Comunicar ao Contratado na hipótese de posterior alteração do projeto pelo Contratante, se o caso estiver enquadrado na situação disciplinada pelo art. 93, § 3º, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 8.1.13. Observar, no tratamento de dados pessoais de profissionais, empregados, prepostos, administradores e/ou sócios do Contratado, a que tenha acesso durante a execução do objeto a que se refere a cláusula primeira deste contrato, as normas legais e regulamentares aplicáveis, em especial, a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, com suas alterações subsequentes.
- 8.2. O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro não se iniciará enquanto o Contratado não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pelo Contratante para adequada instrução do requerimento.
- 8.3. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus profissionais, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)

- 9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações estabelecidas em lei, e aquelas constantes deste Contrato e da documentação que o integra, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
- 9.1.1. Designar e manter preposto aceito pelo Contratante para representar o Contratado na execução do contrato;
- 9.1.1.1. A indicação ou a manutenção do preposto do Contratado poderá ser recusada pelo Contratante, desde que devidamente justificada, hipótese em que o Contratado deverá designar outro para o exercício da atividade;
- 9.1.2. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei nº 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- 9.1.3. Alocar os profissionais necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, com habilitação e conhecimento adequados, utilizando os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e à legislação de regência;
- 9.1.4. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- 9.1.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), bem como por todo e qualquer dano causado diretamente à Administração ou a terceiros em razão da execução do contrato, não excluindo nem reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida na documentação que integra este instrumento, o valor correspondente aos danos sofridos;
- 9.1.6. Não contratar, durante a vigência do contrato, cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de dirigente do Contratante, de agente público que desempenhe(ou) função na licitação ou de fiscal ou gestor do contrato, nos termos do artigo 48, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – Sicaf ou em outros meios eletrônicos hábeis de informações, o Contratado deverá atender a notificação para entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, os seguintes documentos: 1) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 2) certidões que comprovem regularidade fiscal perante as Fazendas Estadual/Distrital e/ou Municipal/Distrital do domicílio ou sede do Contratado que tenham sido exigidas para fins de habilitação na documentação que integra este instrumento; 3) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 4) Certidão Negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de Débitos Trabalhistas;



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- 9.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, ou Dissídio Coletivo de Trabalho das categorias abrangidas pelo contrato, e por todas as obrigações e encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, sociais, comerciais e os demais previstos em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante, nos termos do art. 121 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.9. Comunicar ao Fiscal do contrato, assim que possível, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução dos serviços;
- 9.1.10. Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pelo Contratante ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do objeto;
- 9.1.11. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;
- 9.1.12. Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução do objeto, durante a vigência do contrato;
- 9.1.13. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina;
- 9.1.14. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do Termo de Referência, observando-se o disposto no Capítulo VII do Título III da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.15. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de 16 (dezesesseis) anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de 14 (quatorze) anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;
- 9.1.16. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.1.17. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas (art. 116 da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.18. Comprovar o cumprimento da reserva de cargos a que se refere a subdivisão acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei nº 14.133, de 2021);
- 9.1.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato, respondendo, administrativa, civil e criminalmente por sua indevida divulgação e incorreta ou inadequada utilização;
- 9.1.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros, mas que sejam previsíveis em seu ramo de atividade;
- 9.1.21. Cumprir as disposições legais e regulamentares federais, estaduais e municipais que interfiram na execução do objeto, bem como as normas de segurança do Contratante;
- 9.1.22. Em atendimento à Lei nº 12.846, de 2013, e ao Decreto estadual nº 69.588, de 2025, o Contratado se compromete a conduzir os seus negócios de forma a coibir fraudes, corrupção e quaisquer outros atos lesivos à Administração Pública, nacional ou estrangeira, de modo que o Contratado não poderá oferecer, dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, tampouco aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, por conta própria ou por intermédio de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou benefícios de qualquer espécie relacionados de forma direta ou indireta ao objeto deste contrato, o que deve ser observado, ainda, pelos seus prepostos, colaboradores e eventuais subcontratados, caso permitida a subcontratação.
- 9.1.23. O descumprimento das obrigações previstas na subdivisão acima poderá submeter o Contratado à extinção unilateral do contrato, a critério do Contratante, sem prejuízo da aplicação das sanções penais e administrativas



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

cabíveis e, também, da instauração do processo administrativo de responsabilização de que tratam a Lei nº 12.846, de 2013, e o Decreto estadual nº 69.588, de 2025.

- 9.1.24. O Contratado obriga-se a não admitir a participação, na execução deste contrato, de:
- 9.1.25. agente público de órgão ou entidade licitante ou contratante, ou terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica, nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 9º da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.26. pessoa que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, nos termos do inciso IV do art. 14 e/ou parágrafo único do art. 48 da Lei nº 14.133, de 2021;
- 9.1.27. pessoas que se enquadrem nas demais vedações previstas no art. 14 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 9.2. O Contratado deverá observar a vedação constante do Decreto estadual nº 68.829, de 4 de setembro de 2024.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

10.1. Sempre que realizarem qualquer tipo de tratamento de dados pessoais no âmbito da execução do objeto deste contrato, as partes deverão observar as normas previstas na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), com suas alterações subsequentes, e as demais normas legais e regulamentares aplicáveis.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII)

- 11.1. A contratação conta com garantia de execução prestada pelo Contratado, nos moldes do art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade XXXXXX, no valor de R\$ _____, correspondente a X% (XXXX por cento) do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do art. 98 do referido diploma legal.
- 11.1.1. A contratação conta com garantia adicional de execução prestada pelo Contratado, nos termos do § 5º do Art. 59 da Lei nº 14.133, de 2021, na modalidade _____, no valor de R\$ (xxxxxxx) (por extenso), correspondente a 13,03% do valor inicial do contrato, observando-se para a definição e aplicação desse percentual, quando o caso, o disposto no parágrafo único do artigo 98 do referido diploma legal (**Quando Aplicável**).
- 11.2. A validade da garantia, qualquer que seja a modalidade escolhida, deverá abranger o período de vigência contratual.
- 11.3. Caso seja feita opção pela modalidade de seguro-garantia:
- 11.3.1. A apólice deverá ter validade durante a vigência do contrato, permanecendo em vigor mesmo que o Contratado não pague o prêmio nas datas convencionadas.
- 11.3.2. O prazo de vigência da apólice do seguro-garantia deverá acompanhar as modificações referentes à vigência do contrato principal mediante a emissão do respectivo endosso pela seguradora, observando-se, quando for o caso, o disposto no § 2º do artigo 96 e no parágrafo único do artigo 97 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.3.3. Será permitida a substituição da apólice de seguro-garantia na data de renovação ou de aniversário, desde que mantidas as condições e coberturas da apólice vigente e desde que nenhum período fique descoberto, nas condições estabelecidas pelo parágrafo único do artigo 97, c/c o § 2º do artigo 96 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.4. Na hipótese de suspensão do contrato por ordem ou inadimplemento da Administração, o Contratado ficará desobrigado de renovar a garantia ou de endossar a apólice de seguro até a ordem de reinício da execução ou o adimplemento pela Administração.
- 11.5. A garantia assegurará, qualquer que seja a modalidade escolhida, o pagamento de:



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- 11.5.1. prejuízos advindos do inadimplemento total ou parcial do objeto do contrato;
- 11.5.2. multas moratórias e compensatórias aplicadas pelo Contratante ao Contratado; e
- 11.5.3. obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS relacionadas à contratação não adimplidas pelo Contratado, quando couber.
- 11.6. Não serão aceitas garantias que incluam outras isenções de responsabilidade que não as seguintes:
 - 11.6.1. Caso fortuito ou força maior;
 - 11.6.2. Descumprimento das obrigações pelo Contratado decorrentes de atos ou fatos imputáveis exclusivamente ao Contratante;
 - 11.6.3. Hipóteses de isenção de responsabilidade decorrentes de exigência legal ou regulamentar.
- 11.7. No caso de alteração do valor do contrato, ou prorrogação de sua vigência, a garantia deverá ser ajustada ou renovada, seguindo os mesmos parâmetros.
- 11.8. Se o valor da garantia for utilizado total ou parcialmente para o pagamento de qualquer obrigação, o Contratado deverá efetuar a respectiva reposição no prazo máximo de XX (XXX) dias úteis, contados da data em que for notificado pelo Contratante para fazê-lo.
- 11.9. O Contratante executará a garantia na forma prevista na legislação que rege a matéria.
 - 11.9.1. O emitente da garantia ofertada pelo Contratado deverá ser notificado pelo Contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (art. 137, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021).
 - 11.9.2. Caso se trate da modalidade seguro-garantia, ocorrido o sinistro durante a vigência da apólice, sua caracterização e comunicação poderão ocorrer fora desta vigência, não caracterizando fato que justifique a negativa do sinistro, desde que respeitados os prazos prescricionais aplicados ao contrato de seguro, nos termos do art. 20 da Circular Susep nº 662, de 11 de abril de 2022.
- 11.10. A garantia deve assegurar a cobertura de todos os eventos ocorridos durante a sua validade, ainda que a notificação quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais (§ 4º do art. 137 da Lei nº 14.133, de 2021) ou a comunicação do sinistro pelo Contratante ocorra após expirada a vigência da contratação ou a validade da garantia.
- 11.11. Extinguir-se-á a garantia com a restituição da apólice, carta-fiança, autorização para a liberação de importâncias depositadas em dinheiro a título de garantia ou anuência ao resgate do título de capitalização, acompanhada de declaração do Contratante, mediante termo circunstanciado, de que o Contratado cumpriu todas as cláusulas do contrato.
- 11.12. A garantia somente será liberada ou restituída após a fiel execução do contrato ou após a sua extinção por culpa exclusiva da Administração e, quando em dinheiro, será atualizada monetariamente.
- 11.13. O garantidor não é parte para figurar em processo administrativo instaurado pelo Contratante com o objetivo de apurar prejuízos e/ou aplicar sanções ao Contratado.
- 11.14. O Contratado autoriza o Contratante a reter, a qualquer tempo, a garantia, na forma prevista neste Contrato.
- 11.15. A garantia de execução é independente de eventual garantia do produto ou serviço prevista especificamente no **Termo de Referência**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)

- 12.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:
 - a) der causa à inexecução parcial do contrato;



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

12.2. Garantida a prévia defesa, serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- i) **Advertência**, se o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- ii) **Impedimento de licitar e contratar**, se praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” da subdivisão anterior desta cláusula, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- iii) **Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” da subdivisão anterior desta cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d” da referida subdivisão, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv) **Multa:**

a) de 0,2% (dois décimos por cento) sobre o valor reajustado da medição, previsto no cronograma financeiro, por dia de atraso, no início, andamento e conciliação das fases fixadas no cronograma correspondente

b) de 0,05% (cinco centésimos por cento) do valor total reajustado do contrato, por dia de atraso, caso se verifique atraso em relação à data final de conclusão das obras

c) de 0,1% (um décimo por cento) sobre o valor contratual reajustado, pelo descumprimento de quaisquer outras cláusulas do contrato

d) no valor correspondente a 30% (trinta por cento), do saldo atualizado das obras a serem executados, quando da rescisão do contrato.

Calculada em conformidade com a documentação que integra este instrumento.

iv.1) A sanção de multa prevista no inciso II do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, calculada na forma deste Contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato (§ 3º do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.3. A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, § 9º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4. A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções previstas neste Contrato (art. 156, § 7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.1. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.4.2. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada, caso



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

exigida na documentação que integra este instrumento, ou, quando for o caso, será cobrada judicialmente (art. 156, § 8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

12.5. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

12.6. Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.7. As sanções são autônomas e a aplicação de uma não exclui a de outra.

12.8. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.9. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos na Lei nº 14.133, de 2021, ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, a pessoa jurídica sucessora ou a empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o sancionado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.10. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ele aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal (Art. 161 da Lei nº 14.133, de 2021).

12.11. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)

13.1. O contrato poderá ser extinto na forma, pelos motivos e com as consequências previstos nos artigos 137 a 139 e 155 a 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.1. O Contratado reconhece desde já os direitos do Contratante nos casos de extinção por ato unilateral da Administração, prevista no artigo 138 da Lei nº 14.133, de 2021.

13.1.2. O contrato poderá ser extinto por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133, de 2021, devendo a extinção ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

13.1.3. A alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção contratual se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

13.1.3.1. Se a operação societária de que trata a subdivisão acima implicar mudança em pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizada alteração subjetiva por termo aditivo.

13.2. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido da indicação de:



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

13.2.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

13.2.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

13.2.3. Indenizações e multas.

13.3. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento de eventual desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

13.4. Se for constatada irregularidade no procedimento licitatório ou na execução contratual, caso não seja possível o saneamento, a decisão pelo Contratante sobre a suspensão da execução ou sobre a declaração de nulidade do contrato somente será adotada na hipótese em que se revelar medida de interesse público, observado o disposto nos artigos 147 a 149 da Lei nº 14.133, de 2021, conferindo-se ao Contratado oportunidade para prévia manifestação e participação na instrução.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)

14.1. No presente exercício, as despesas decorrentes desta contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no respectivo Orçamento do Estado, na dotação abaixo discriminada:

I. Gestão/Unidade: 262219 DIRETORIA DE OBRAS- DO

II. Fonte de Recursos: 150010001

III. Programa de Trabalho: 26782262714180000

IV. Natureza da Despesa: 449051

V. Plano Interno:

VI. Nota de Empenho:

14.2. Quando a execução do contrato ultrapassar o presente exercício, a dotação relativa ao(s) exercício(s) financeiro(s) subsequente(s) será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)

15.1. Aplicam-se aos casos omissos as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e disposições regulamentares pertinentes, e, subsidiariamente, as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES

16.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

16.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários no objeto, a critério exclusivo do Contratante, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

16.3. Se o contrato não contemplar preços unitários para serviços cujo aditamento se fizer necessário, esses serão fixados por meio da aplicação da relação geral entre os valores da proposta e o do orçamento-base da Administração sobre os preços referenciais ou de mercado vigentes na data do aditamento, respeitados os limites estabelecidos no artigo 125 da Lei nº 14.133, de 2021.

16.4. Eventuais alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, respeitadas as disposições da Lei nº 14.133, de 2021, admitindo-se que, nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, a formalização do aditivo ocorra no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

16.5. Caso haja alteração unilateral do contrato que aumente ou diminua os encargos do Contratado, o equilíbrio econômico-financeiro inicial será restabelecido no mesmo termo aditivo.

16.6. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

17.1. Incumbirá ao Contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei nº 14.133, de 2021, e ao art. 8º, § 2º, da Lei nº 12.527, de 2011, c/c art. 22 do Decreto estadual nº 68.155, de 2023.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – FORO (art. 92, §1º)

18.1. Fica eleito o Foro da Comarca da Capital do Estado de São Paulo para dirimir quaisquer questões que decorrerem deste Termo de Contrato, que não puderem ser resolvidas na esfera administrativa, conforme art. 92, § 1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

E assim, por estarem as partes justas e contratadas, foi lavrado o presente instrumento em 01 (uma) via, que, lido e achado conforme pelo Contratado e pelo Contratante, vai por eles assinado para que produza todos os efeitos de Direito, sendo assinado também pelas testemunhas abaixo identificadas.

[Local], [dia] de [mês] de [ano]. OU [Local], data da última assinatura eletrônica das partes.

Olívio Gomes Lyra Filho

Diretor de Obras

Representante legal do CONTRATADO

TESTEMUNHAS:

1-

2-



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO III.1 – CONDIÇÕES GERAIS DO CONTRATO

1. PAGAMENTO

1.1. Os pagamentos serão efetuados em conformidade com as medições, correspondendo às etapas concluídas do cronograma físico-financeiro da obra, nos termos desta Cláusula.

1.1.1. O recolhimento do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN deverá ser feito em consonância com o artigo 3º e demais disposições da Lei Complementar Federal nº 116/2003, e respeitando as seguintes determinações:

- i. Quando da celebração do contrato, a CONTRATADA deverá indicar a legislação municipal aplicável aos serviços por ela prestados, relativamente ao ISSQN, esclarecendo, expressamente, sobre a eventual necessidade de retenção do tributo, pelo tomador dos serviços;
- ii. Caso se mostre exigível, à luz da legislação municipal, a retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
 - a) O CONTRATANTE, na qualidade de responsável tributário, deverá reter a quantia correspondente do valor da nota-fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente apresentada e recolher a respectiva importância em nome da CONTRATADA no prazo previsto na legislação municipal.
 - b) Para tanto, a CONTRATADA deverá destacar o valor da retenção, a título de “RETENÇÃO PARA O ISS” ao emitir a nota fiscal, fatura, recibo ou documento de cobrança equivalente. Considera-se preço do serviço a receita bruta a ele correspondente, sem nenhuma dedução.
- iii. Caso, por outro lado, não haja previsão de retenção do ISSQN pelo tomador dos serviços:
 - a) A CONTRATADA deverá apresentar declaração da Municipalidade competente com a indicação de sua data-limite de recolhimento ou, se for o caso, da condição de isenção;
 - b) Mensalmente, a CONTRATADA deverá apresentar comprovante de recolhimento do ISSQN correspondente ao serviço executado e deverá estar referenciado à data de emissão da nota fiscal, fatura ou documento de cobrança equivalente;
 - c) Caso, por ocasião da apresentação da nota fiscal, da fatura ou do documento de cobrança equivalente, não haja decorrido o prazo legal para recolhimento do ISSQN, poderão ser apresentadas cópias das guias de recolhimento referentes ao



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

mês imediatamente anterior, devendo a CONTRATADA apresentar a documentação devida quando do vencimento do prazo legal para o recolhimento.

d) a não apresentação dessas comprovações assegura ao CONTRATANTE o direito de sustar o pagamento respectivo e/ou os pagamentos seguintes.

1.1.2. O primeiro pagamento referir-se-á à instalação da obra, podendo corresponder também à execução efetiva de serviços previsto no Projeto Executivo. O primeiro pagamento ficará condicionado ao cumprimento pela CONTRATADA das seguintes providências, sob sua única e inteira responsabilidade:

- i. apresentação de comprovante de inscrição da obra no Cadastro Nacional de Obras (INSS), no caso de se tratar de hipótese de inscrição obrigatória nos termos da legislação aplicável;
- ii. entrega de via devidamente preenchida da ART – Anotação de Responsabilidade Técnica, junto ao CREA ou do RRT – Registro de Responsabilidade Técnica, junto ao CAU, conforme o caso, na qual deverá constar a referência expressa ao número deste contrato, seu objeto e o número do processo administrativo;
- iii. colocação de placas;
- iv. comunicação do início das obras à Delegacia Regional do Trabalho competente;
- v. apresentação do comprovante de pagamento dos seguros que houverem sido exigidos no contrato, vencidos até então.

1.1.3. Os pagamentos das medições e de seu reajustamento ocorrerão no 30º (trigésimo) dia subsequente ao dia da medição, devendo, para tanto, a CONTRATADA apresentar prova de quitação com as obrigações descritas no parágrafo primeiro desta cláusula. Ressalta-se que, as notas fiscais/faturas correspondentes deverão ser apresentadas em até 15 (quinze) dias contadas da medição.

Os pagamentos serão efetuados mediante crédito aberto em Conta Corrente no Banco do Brasil S/A, na forma do disposto no Decreto Estadual nº 62.297, de 06.12.2016, que revogou o Decreto Estadual nº 55.357, de 18.01.2010 e de acordo com instruções específicas a serem emitidas pela Área Financeira do DER/SP, observado o seguinte procedimento:

- I. a CONTRATADA entregará os relatórios de medição ao CONTRATANTE em até 03 (três) dias úteis após a sua realização;
- II. o CONTRATANTE deverá aprovar os valores medidos para fins de emissão da fatura pela CONTRATADA, comunicando-a por escrito da aprovação em até 03 (três) dias úteis contados a partir do recebimento da medição;



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- III. a CONTRATADA apresentará a fatura em até 15 (quinze) dias, após a aprovação da medição correspondente pelo CONTRATANTE. A entrega da fatura será o termo inicial do prazo de pagamento.
- IV. a não aprovação dos valores pelo CONTRATANTE deverá ser comunicada à CONTRATADA no prazo de 03 (três) dias úteis, acompanhado da justificativa correspondente.
- V. As faturas que apresentarem incorreções serão devolvidas à CONTRATADA para retificação, contando-se o prazo de pagamento a partir da data de reapresentação das faturas corrigidas ao CONTRATANTE. A devolução das faturas em hipótese alguma servirá de pretexto para que a CONTRATADA suspenda a execução do contrato;
- VI. Eventuais atrasos no cumprimento dos prazos fixados neste parágrafo ensejarão a prorrogação do prazo de pagamento por igual número de dias a que corresponderem os atrasos verificados.
- VII. Fica expressamente vedado para a CONTRATADA, a cessão de crédito a terceiros, oriundo de contrato com o DER/SP.

1.1.4. Constitui condição para a realização dos pagamentos a inexistência de registros em nome da CONTRATADA no “Cadastro Informativo dos Créditos não Quitados de Órgãos e Entidades Estaduais – CADIN ESTADUAL”, o qual deverá ser consultado por ocasião da realização de cada pagamento. O cumprimento desta condição poderá se dar pela comprovação, pela CONTRATADA, de que os registros estão suspensos, nos termos do artigo 8º da Lei Estadual nº 12.799/2008.

1.1.5. Os valores das medições e de seu reajustamento serão atualizados monetariamente, por meio da aplicação da taxa de variação da UFESP – Unidade Fiscal do Estado de São Paulo, a contar do 31º (trigésimo primeiro) dia da data da medição até o dia do efetivo pagamento.

Havendo atraso no pagamento, incidirá correção monetária sobre o valor devido na forma da legislação aplicável, bem como juros moratórios a razão de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculados “pro rata temporis”, em relação ao atraso verificado.

1.1.6. O CONTRATANTE poderá, por ocasião do pagamento, efetuar a retenção de tributos determinada por lei, ainda que não haja indicação de retenção na nota fiscal apresentada ou que se refira a retenções não realizadas em meses anteriores.

1.1.7. A realização de pagamentos não isentará a CONTRATADA das responsabilidades contratuais, quaisquer que sejam, nem implicará aprovação definitiva dos serviços por ela executados.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- 1.2. Para os pagamentos, além da execução dos serviços registrados pelas medições, é necessário que a CONTRATADA tenha cumprido todas as exigências contratuais relativas a pagamentos e atendido às exigências da fiscalização, sem o que as faturas não serão aceitas..

2. MEDIÇÕES

- 2.1. As medições deverão ocorrer a cada período de 30 (trinta) dias corridos e serão encerradas no vigésimo quinto dia de cada mês, a partir da ordem de início dos serviços. Sob pena de não realização, as medições devem ser precedidas de solicitação da CONTRATADA, com antecedência de 03 (três) dias, instruída com os seguintes elementos:

I. relatórios escrito e fotográfico;

II. cronograma refletindo o andamento da obra;

III. quando o caso, declaração, sob as penas da lei, afirmando que a madeira utilizada na obra ou serviço é, exclusivamente, de origem exótica, ou, no caso de utilização de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819/2022, declaração sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA;

IV. quando o caso, as guias de transporte federais integradas ao Sistema Nacional de Controle da Origem dos Produtos Florestais – SINAFLOR/DOF, acompanhadas das respectivas notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos referidos no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819/2022, e o registro de sua destinação final;

V. quando o caso, de utilização de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do Decreto Estadual nº 67.409/2022, declaração, sob as penas da lei, afirmando que realizou as respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

VI. quando o caso, as notas fiscais de aquisição dos produtos e subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 67.409/2022 de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO;

VII. As faturas e notas fiscais e demais comprovantes da legalidade da madeira utilizada na obra, tais como Guias Florestais, Documentos de Origem Florestal ou outros eventualmente criados para o controle de produtos e subprodutos florestais, e demais comprovantes da legalidade dos produtos e subprodutos de origem mineral utilizados na obra, quando o caso, tais como documentos eventualmente criados para o controle desses produtos, acompanhados das respectivas cópias, que serão autenticadas pelo servidor responsável pela recepção.

2.1.1. Serão medidos apenas os serviços ou as parcelas dos serviços executados e concluídos.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- 2.1.2. As medições serão registradas em planilhas que conterão a discriminação dos serviços, as quantidades medidas e seus preços, e serão acompanhadas de elementos elucidativos adequados, como fotos, memórias de cálculo, desenhos, catálogos, etc.
- 2.1.3. O DER/SP confrontará os dados do relatório com os de sua medição, e no prazo de 03 (três) dias, comunicará sua aceitação ou eventuais divergências que, se persistirem, serão analisadas e resolvidas impreterivelmente na próxima medição.
- 2.1.4. A não apresentação do relatório pela CONTRATADA, no prazo estipulado no parágrafo terceiro, implicará na transferência do vencimento da medição juntamente com a do mês subsequente à sua entrega, sem encargos para o DER/SP.
- 2.1.5. Independentemente da apresentação ou não do relatório pela CONTRATADA, caberá à Fiscalização do DER/SP verificar o cumprimento do cronograma vigente, aplicando, se for o caso, as multas contratuais cabíveis.
- 2.1.6. As medições obedecerão ao estabelecido nas normas, instruções, e tabelas integrantes do contrato.
- 2.1.7. Os valores das medições não poderão ultrapassar a 10% (dez por cento), seja para aumento ou redução do previsto no cronograma vigente sem a prévia autorização do Superintendente ou Diretor responsável pelo contrato e, consequente formalização em processo próprio.
- 2.1.8. Quantidades de serviços apontadas indevidamente em qualquer medição, na ocorrência de estorno, os preços unitários serão os corrigidos nessa data.
- 2.1.9. As medições mensais devem incluir todos os serviços e obras executados no período a que se referem, de modo que a medição correspondente ao último mês do prazo contratual seja também a última medição do contrato.
- 2.1.10. A medição final que é uma avaliação da situação financeira do contrato e será realizada para informar a situação do mesmo quanto aos créditos e aos débitos, entre as partes.
- 2.1.11. As medições serão acompanhadas por representantes do CONTRATANTE e da CONTRATADA, sendo que eventuais divergências serão sanadas pelo representante do CONTRATANTE.
- 2.1.12. Caberá ao gestor do contrato, após cada medição, conferir junto ao CADMADEIRA a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos listados no artigo 1º do Decreto Estadual nº 66.819/2022, e conferir junto ao CADMINÉRIO a situação cadastral do fornecedor dos produtos e subprodutos referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto Estadual nº 67.409/2022, bem como instruir o processo administrativo com os comprovantes das respectivas inscrições validadas e com as cópias de documentos indicadas no caput desta Cláusula, quando o caso.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO IV

Modelos – PROPOSTA TÉCNICA



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO IV.1

MODELO DE QUADROS RESUMOS – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA

1. Quadro Resumo Coordenador Geral

Nome Completo

Empresa	Atividade	Atestado da pág x a x da Proposta	CAT (número)	Período De dia/mês/ano A Dia/mês/ano	Tempo Total Anos/meses/dias
---------	-----------	---	--------------	---	--------------------------------

Experiência Total = Somatório da Coluna Tempo Total

Não deve ser computada superposição de Períodos

2. Demais Especialistas

Nome Completo

Empresa	Atividade	Atestado da pág x a x da Proposta	CAT (número)	Período De dia/mês/ano A Dia/mês/ano	Tempo Total Anos/meses/dias
---------	-----------	---	--------------	---	--------------------------------

Experiência Total = Somatório da Coluna Tempo Total

Não deve ser computada superposição de Períodos

Representante Legal
(com carimbo de identificação)



ANEXO IV.2 - MODELO DE CONTAGEM DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Tempo anos

Função

B	Tempo de Experiência na Tarefa Específica	anos e	meses
---	---	--------	-------

OBSERVAÇÃO: NO ITEM A - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PARA OS ENGENHEIROS: ANO DE FORMATURA; TOPÓGRAFO E LABORATORISTA: ANO DE INÍCIO DA FUNÇÃO.

REPRESENTANTE LEGAL
(com carimbo de identificação)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO IV.4

MODELO DE CURRICULUM VITAE

NOME COMPLETO:	DATA DE NASCIMENTO:	PERMANENTE:
		EVENTUAL:
NATURALIDADE:	POSIÇÃO DA EMPRESA:	
NACIONALIDADE:		
INSTRUÇÃO (INDICAR O CURSO, NOME DA ESCOLA, ANO DE FORMATURA, CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO E DE ESPECIALIZAÇÃO)		
EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL:		
ESPECIALIZAÇÃO:		
NOME DA EMPRESA:		
REPRESENTANTE LEGAL (com carimbo de identificação)		



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO IV.5

MODELO DE QUADROS RESUMOS – EXPERIÊNCIA DA EQUIPE TÉCNICA

1. Quadro Resumo Coordenador Geral

Nome Completo

Empresa	Atividade	Atestado da pág x a x da Proposta	CAT (número)	Período De dia/mês/ano A Dia/mês/ano	Tempo Total Anos/meses/dias
---------	-----------	---	--------------	---	--------------------------------

Experiência Total = Somatório da Coluna Tempo Total

Não deve ser computada superposição de Períodos

2. Demais Especialistas

Nome Completo

Empresa	Atividade	Atestado da pág x a x da Proposta	CAT (número)	Período De dia/mês/ano A Dia/mês/ano	Tempo Total Anos/meses/dias
---------	-----------	---	--------------	---	--------------------------------

Experiência Total = Somatório da Coluna Tempo Total

Não deve ser computada superposição de Períodos

Representante Legal
(com carimbo de identificação)



ANEXO IV.6 - MODELO DE CONTAGEM DE TEMPO DE EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL

Tempo anos

Função

C	Experiência na Área de Atuação	anos e	meses
---	--------------------------------	--------	-------

B	Tempo de Experiência na Tarefa Específica	anos e	meses
---	---	--------	-------

OBSERVAÇÃO: NO ITEM A - FORMAÇÃO PROFISSIONAL, PARA OS ENGENHEIROS: ANO DE FORMATURA; TOPÓGRAFO E LABORATORISTA: ANO DE INÍCIO DA FUNÇÃO.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V

MODELOS – Proposta de Preços



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.1

MODELO DE CARTA PROPOSTA

A(o) Agente de Contratação,

O licitante, _____, (*firma/denominação, endereço da sede/filial, CNPJ*) por intermédio do representante legal que esta subscreve, após ter analisado minuciosamente todo o conteúdo do Edital e seus anexos e ter tomado conhecimento do local e de todas as condições e obrigações para a execução do objeto, **PROPÕE** executar o objeto licitado sob sua integral responsabilidade pelo valor total de **R\$ _____ (valor por extenso)**, já computado o BDI, nos termos da planilha e dos cronogramas físico-financeiro e financeiro anexos e que constituem parte indissociável desta proposta de preços.

1º-) Data base

A data base de referência é **01/2026**.

2º-) Prazo de execução

O prazo de execução dos serviços será de **12 (Doze)** meses.

Esta proposta é válida por ____ (____) dias. (**mínimo de 60 (sessenta) dias**).

(Local e data)

(Nome/assinatura do representante legal)



Anexo V.2 – Modelo de Planilha de Proposta de Preços Detalhada

DATA BASE: JANEIRO/2026

CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO GERENCIAMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DO DER/SP, SOB RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE OBRAS.

CÓDIGO DO SUB-ITEM	NOME REDUZIDO DO SUBITEM	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE DE REAJUSTE	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO (R\$)	PREÇO TOTAL (R\$)
FASE 34 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS						
34.88.08.01	PLANO DE TRABALHO E SISTEMA DE GESTÃO DAS OBRAS	mensal	IMC	12,00		
34.88.08.02	RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS	mensal	IMC	12,00		
34.88.08.03	MODELAGEM BIM AS-BUILT E RELATÓRIOS TÉCNICOS	mensal	IMC	12,00		
				SUBTOTAL		
FASE 72 - ALUGUEL DE MAQUINAS, VEICULOS E EQUIPAMENTOS						
72.02.11.05	VEICULO C/CAPAC.P/4 PES. 1.0 110CV COND. E	km	IPC	1.152.000,00		
72.02.11.06	VEICULO C/CAPAC.P/4 PES. 1.0 110CV COND. F	veic.mens	IPC	288,00		
				SUBTOTAL		
TOTAL DA PROPOSTA						
DATA ____ / ____ / ____ EMPRESA _____						
_____ REPRESENTANTE LEGAL (Com Identificação)						



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.2.1 - Modelo de Quadro Resumo da Proposta de Preços

CÓDIGO DEFINITIVO: 130.986-9 0

DATA BASE: JANEIRO/2026

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO GERENCIAMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DO DER/SP, SOB RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE OBRAS.		
DESCRIÇÃO DAS FASES		PREÇO TOTAL (R\$)	%
FASE 34 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
FASE 72 - ALUGUEL DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS			
TOTAL DA PROPOSTA			
DATA:/...../.....			
EMPRESA:			
REPRESENTANTE LEGAL:			
(Com Identificação)			



ANEXO V.3 - Modelo de Cronograma Físico Financeiro

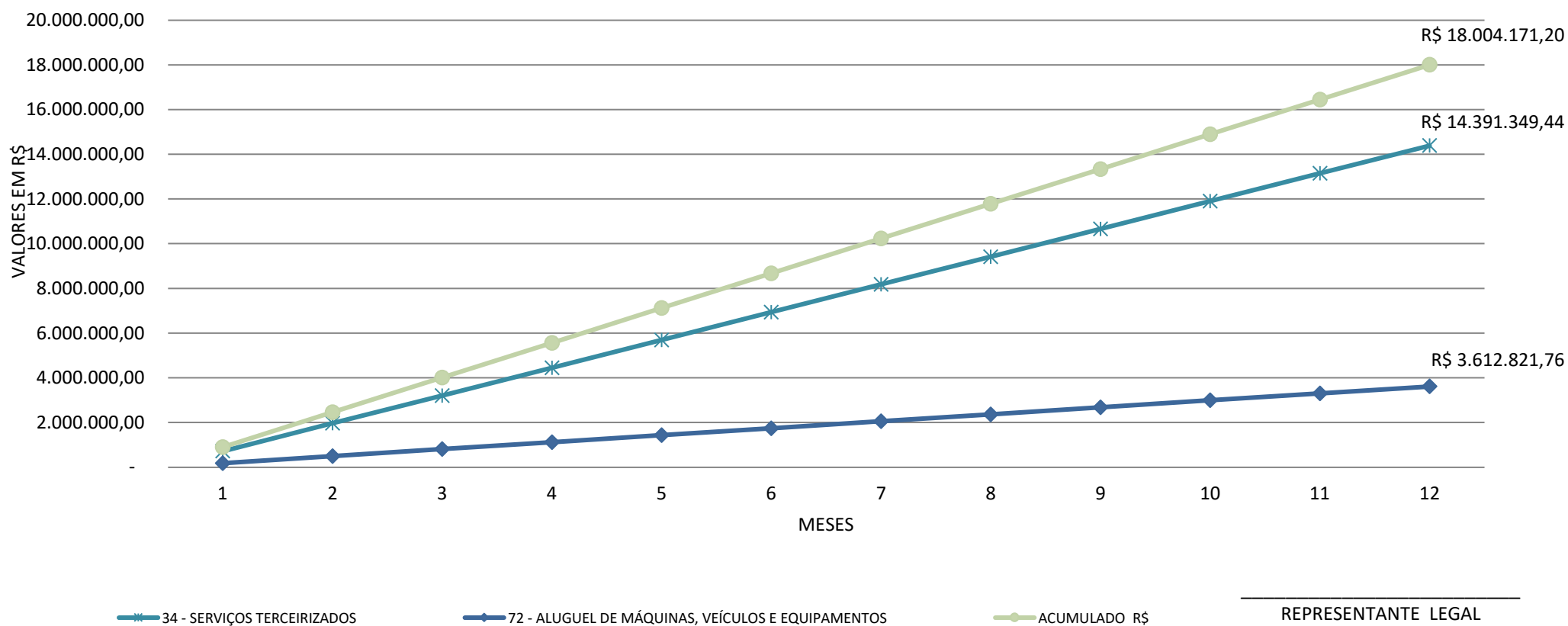
Obs.: Os códigos, descrições e valores que aparecem no modelo são meramente indicativos; deverão ser utilizados os itens da planilha de orçamento.

Obs.: Os códigos, descrições e valores que aparecem no modelo são meramente indicativos: deverão ser utilizados os itens da planilha de orçamento.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026
ANEXO V.4 - Modelo de Cronograma Financeiro



REPRESENTANTE LEGAL
(Com Identificação)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.5 - Modelo de Composição da Taxa de Benefícios e Despesas Indiretas

Grupo	A-	Despesas indiretas	
	A.1	Administração local	_____ %
	A.2	Administração central	_____ %
	A.3	Seguro Responsabilidade Civil	_____ %
	A.4	Transporte de pessoal / alimentação	_____ %
	A.5	Mobilização e desmobilização de equipamentos	_____ %
	A.6	Equipamentos de pequeno porte, ferramentas e EPI's	_____ %
Total do grupo A			_____ %
Grupo	B-	Bonificação	
	B.1	Lucro Bruto	_____ %
Total do grupo B			_____ %
Grupo	C-	Impostos	
	C.1	PIS	_____ %
	C.2	COFINS	_____ %
	C.3	ISSQN	_____ %
	C.4	CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA SOBRE A RECEITA BRUTA (SE DEVIDO)	_____ %
Total do grupo C			_____ %
Fórmula para o cálculo do B.D.I. (benefícios e despesas indiretas)			
BDI = { [(1 + A / 100) (1 + B / 100) / (1 - C / 100)] - 1 } x 100 =			_____ %
_____ REPRESENTANTE LEGAL (Com Identificação)			



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.6 - Modelo Composição da Taxa de Encargos Sociais

		HORISTA	MENSALISTA
A.1	Previdência Social (INSS) (SE DEVIDO)	_____ %	_____ %
A.2	Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)	_____ %	_____ %
A.3	Salário-Educação	_____ %	_____ %
A.4	Serviço Social da Indústria (Sesi)	_____ %	_____ %
A.5	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai)	_____ %	_____ %
A.6	Serviço de Apoio a Pequena e Médio Empresa (Sebrae)	_____ %	_____ %
A.7	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra)	_____ %	_____ %
A.8	Seguro contra os acidentes de trabalho (INSS)	_____ %	_____ %
A.9	Seconci - Serviço Social da Indústria da Construção e do Mobiliário (aplicável a todas as empresas constantes do III grupo da CLT - art. 577)	_____ %	_____ %
A	Total dos Encargos Sociais Básicos	_____ %	_____ %
B.1	Repouso semanal e feriados	_____ %	_____ %
B.2	Auxílio-enfermidade	_____ %	_____ %
B.3	Licença-paternidade	_____ %	_____ %
B.4	13ª Salário	_____ %	_____ %
B.5	Dias de chuva/ faltas justificadas/ acidentes de trabalho/ greves/ falta ou atraso na entrega de materiais ou serviços na obra/ outras	_____ %	_____ %
B	Total dos Encargos Sociais que recebem as incidências de A	_____ %	_____ %
C.1	Depósito por despedida injusta 40% sobre [A2 + (A2 x B)]	_____ %	_____ %
C.2	Férias (indenizadas)	_____ %	_____ %
C.3	Aviso prévio (indenizado)	_____ %	_____ %
C	Total dos Encargos Sociais que não recebem as incidências globais de A	_____ %	_____ %
D.1	Reincidência de A sobre B	_____ %	_____ %
D.2	Reincidência de A.2 sobre C.3	_____ %	_____ %
D	Total das Taxas das reincidências	_____ %	_____ %
Porcentagem total		_____ %	_____ %
_____ REPRESENTANTE LEGAL (Com Identificação)			



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026
ANEXO V.8 - Modelo de Composição de Preço Unitário

Data Base:

CÓDIGO	SERVIÇO:						UNIDADE	
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	UN.	QUANT. (I)	FATOR DE UTILIZAÇÃO (II) (III)		CUSTO PRODUTIVO IMPRODUTIVO		CUSTO HORÁRIO
(A) CUSTO HORÁRIO DE EQUIPAMENTOS - TOTAL (R\$)								
CALCULO DE PRODUTIVIDADE				QUANT.	FATOR DE UTILIZAÇÃO			
					PRODUTIVO		IMPRODUTIVO	
CÓDIGO	EQUIPAMENTO	PRODUTIVIDADE	(I)	%	(II)	%	(III)	
CÓDIGO	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE	QUANT.					
CÓDIGO	MÃO DE OBRA	UND	QUANTIDADE	SALÁRIO BASE	CUSTO HORÁRIO			
CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA (R\$)								
ENCARGOS SOCIAIS %								
(B) CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA - TOTAL (R\$)								
(C) PRODUÇÃO DA EQUIPE			UN.	(D) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (A) + (B) / (C) (R\$)				
CÓDIGO	MATERIAL	UND	CONSUMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL			
(E) CUSTO DE MATERIAIS - TOTAL (R\$)								
CUSTO UNITÁRIO - TOTAL (D) + (E) (R\$)								
BDI %								
PREÇO UNITÁRIO TOTAL (R\$)								
LOCAL				DATA				
EMPRESA				REPRESENTANTE LEGAL:				
				(Com Identificação)				



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.9 - Modelo de Composição de Preço Mensal do Equipamento

Código:	Equipamento:	Data Base ____/____/____			
Unidade de Medição:	Veiculo x mês	(veic. / mês)			
Marca:		Custo de Aquisição (A) =			
Modelo:		Vida útil em meses (n) =			
Potência (hp):		Vida útil em Km (Vkm) =			
Fator de Manut. (Fm):		Trabalho anual (em meses) (Ta) =			
E.S. (%)		Porcentagem residual (Vr) =			
B.D.I. (%)		Taxa de juros anual (Tj) =			
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	FÓRMULA	UN	COEFICIENTE	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO PARCIAL
Depreciação (D)	$D = (1 - Vr) / n$	%		A	
Juros de capital (Jc)	$Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / 12$	%		A	
SUB TOTAL (D + Jc) [NÃO INCIDE BDI] =					
	SEGURO DO VEÍCULO	%		A	
	IPVA-	%		A	
	LAVAGEM	un			
TOTAL MENSAL				R\$	-
BDI				R\$	-
PREÇO MENSAL COM BDI				R\$	-
LOCAL: _____ DATA: ____/____/____					
EMPRESA: _____					
REPRESENTANTE LEGAL (Com Identificação)					



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.10 - Modelo de Composição de Preço KM Efetivamente Rodado

Código:	Equipamento:	Data Base ____/____/____
Unidade de Medição: Quilometro rodado (Km)		
Marca:	Custo de Aquisição (A) =	
Modelo:	Vida útil em meses (n) =	
Potência (hp):	Vida útil em horas (Vu) =	
	Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de Manut. (Fm):	Trabalho anual (em meses) (Ta) =	
E.S. (%)	Porcentagem residual (Vr) =	
B.D.I. (%)	Taxa de juros anual (Tj) =	
DESPESAS FIXAS		
DESPESA MENSAL	FÓRMULA	UN COEFICIENTE CUSTO UNITÁRIO CUSTO PARCIAL
DESPESAS QUILOMÉTRICAS		
CÓDIGO	DESCRIÇÃO	UN COEFICIENTE CUSTO UNITÁRIO CUSTO PARCIAL
Manutenção (M)	M = Fm / Vkm	% A
	Combustível	l
	Lubrificante	l
	Filtro	un
	Pneus	un
TOTAL		R\$ -
BDI		R\$ -
PREÇO POR KM RODADO COM B.D.I.		R\$ -
LOCAL: _____		DATA: ____/____/____
EMPRESA: _____		_____ REPRESENTANTE LEGAL (Com Identificação)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.11 - Explicação e Critérios de Preços

OBJETO	CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS TÉCNICOS DE APOIO AO GERENCIAMENTO DAS OBRAS E SERVIÇOS DE ENGENHARIA EXECUTADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA DE INVESTIMENTOS DO DER/SP, SOB RESPONSABILIDADE DA DIRETORIA DE OBRAS.		
CÓDIGO DO SUB-ITEM	DESCRIÇÃO DO SERVIÇO	UNIDADE DE MEDIDA	ÍNDICE REAJUSTE
FASE 34 - SERVIÇOS TERCEIRIZADOS			
34.88.08.01	PLANO DE TRABALHO E SISTEMA DE GESTÃO DAS OBRAS PRELIMINARES O PREÇO UNITÁRIO INCLUI O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM TODOS ENCARGOS E BENEFÍCIOS NECESSÁRIOS, DIÁRIAS E INFRAESTRUTURA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. MEDIÇÃO O SERVIÇO SERÁ MEDIDO E PAGO MENSALMENTE (MENSAL), DESDE QUE ATESTADO E APROVADO PELA FISCALIZAÇÃO.	mensal	IMC
34.88.08.02	RELATÓRIOS TÉCNICOS DE ACOMPANHAMENTO DAS OBRAS PRELIMINARES O PREÇO UNITÁRIO INCLUI O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM TODOS ENCARGOS E BENEFÍCIOS NECESSÁRIOS, DIÁRIAS E INFRAESTRUTURA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. MEDIÇÃO O SERVIÇO SERÁ MEDIDO E PAGO MENSALMENTE (MENSAL), DESDE QUE ATESTADO E APROVADO PELA FISCALIZAÇÃO.	mensal	IMC
34.88.08.03	MODELAGEM BIM AS-BUILT E RELATÓRIOS TÉCNICOS PRELIMINARES O PREÇO UNITÁRIO INCLUI O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA COM TODOS ENCARGOS E BENEFÍCIOS NECESSÁRIOS, DIÁRIAS E INFRAESTRUTURA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. MEDIÇÃO O SERVIÇO SERÁ MEDIDO E PAGO MENSALMENTE (MENSAL), DESDE QUE ATESTADO E APROVADO PELA FISCALIZAÇÃO.	mensal	IMC
FASE 72 - ALUGUEL DE MÁQUINAS, VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS			
72.02.11.05	VEÍCULO C/CAPAC.P/4 PES. 1.0 TURBO COND. E PRELIMINARES NO PREÇO UNITÁRIO ESTÃO INCLuíS A QUILOMETRAGEM EFETIVAMENTE PERCORRIDA, QUE PREVE A REMUNERAÇÃO DOS MATERIAIS DE CONSUMO (COMBUSTÍVEL, LUBRIFICANTES, GRAXA E FILTRO, PNEUS, LÍQUIDO DE FREIO, ÁGUA DESTILADA, ETC); DESPESAS DE MANUTENÇÃO E BDI. MEDIÇÃO SERÁ MEDIDO E PAGO POR KM RODADO (KM), ATESTADO PELA FISCALIZAÇÃO.	km	IPC
72.02.11.06	VEÍCULO C/CAPAC.P/4 PES. 1.0 TURBO COND. E PRELIMINARES NO PREÇO UNITÁRIO ESTÃO INCLuíS AS DESPESAS COM DEPRECIACAO, JUROS, LAVAGEM, IPVA, SEGURO, BDI, PEDAGIOS E DEMAIS DESPESAS NECESSARIAS. O PAGAMENTO SERÁ CALCULADO CONSIDERANDO EFETIVAMENTE EM OPE RACAO (OU A DISPOSICAO DO ORGAO).OS DIAS PARALISA DOS OU AUSENTES OCASIONADOS POR QUEBRA/MANUTENCAO, SERAO DESCONTADOS CONSIDERANDO O VALOR DO DIA ' IGUAL A 1/30 (UM TRINTA AVOS) DO PREÇO MENSAL. MEDIÇÃO SERÁ MEDIDO E PAGO PELO VALOR MENSAL, ATESTADO PELA FISCALIZAÇÃO.	veic.mens	IPC
Legenda: IMC - ÍNDICE MÃO-DE-OBRA DE CONSULTORIA (FGV) IPC - ÍNDICE PREÇO CONS. GERAL			



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO V.12

COMPOSIÇÃO DE PREÇO UNITÁRIO



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DEMONSTRATIVO DAS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS

DATA BASE: JANEIRO/2026							
CÓDIGO		SERVIÇO:					UNIDADE
34.88.08.01		Plano de Trabalho e Sistema de Gestão das Obras					equipe.mês
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	UND.	FATOR DE UTILIZAÇÃO		CUSTO		TOTAL CUSTO HORÁRIO
			PRODUTIVO	IMPRODUTIVO	PRODUTIVO	IMPRODUTIVO	
(A) TOTAL CUSTO HORÁRIO DE EQUIPAMENTOS - TOTAL (R\$)							0,00
CÁLCULO DE PRODUTIVIDADE			FATOR DE UTILIZAÇÃO				
			PRODUTIVO		IMPRODUTIVO		
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	PRODUTIVIDADE	QUANT(UN)	%	UN	%	UN
CÓDIGO	MAO DE OBRA	PRODUTIVIDADE	QUANT(UN)				
CÓDIGO	MÃO-DE-OBRA	UND.	QUANTIDADE	CUSTO HORÁRIO	TOTAL CUSTO HORÁRIO		
71.04.10	Coordenador	hora	88,00	112,17	9.870,96		
71.03.23	Engenheiro Senior	hora	35,20	98,42	3.464,38		
71.03.22	Engenheiro Pleno	hora	105,60	84,56	8.929,53		
71.03.21	Engenheiro Junior	hora	281,60	70,70	19.909,12		
71.04.19	Assistente Técnico III	hora	211,20	71,57	15.115,58		
71.04.06	Auxiliar Técnico	hora	1.267,20	16,27	20.617,34		
71.03.12	Chefe de Escritório	hora	211,20	26,08	5.508,09		
71.04.12	Cadista / Calculista II	hora	140,80	30,86	4.345,08		
TOTAL CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA (R\$)					87.760,08		
ENCARGOS SOCIAIS % 128,16%					112.473,32		
(B) TOTAL CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA - TOTAL (R\$)					200.233,40		
TOTAL CUSTO HORÁRIO TOTAL (R\$)							
PRODUÇÃO DA EQUIPE (C)		1,00	(D) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (A) + (B) / C (R\$)		200.233,40		
CÓDIGO	MATERIAL	UND.	CONSUMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL		
70.88.30.28	PLANO DE SAÚDE	un	13,30	414,07	5.507,08		
70.88.30.32	SEGURO DE VIDA	un	13,30	6,13	81,48		
x.1	DIÁRIA (hospedagem e alimentação)	dia	50,00	300,00	15.000,00		
x.2	Notebook (i7 - 14ª geração)	un	8	388,81	3.110,48		
x.5	Conjunto Desktop i7 - 14ª geração	un	4,25	193,14	820,84		
x.7	Nobreak	un	4,25	15,31	65,06		
x.8	Monitor Extra	un	4,25	25,60	108,80		
x.10	Kit Ergonomico - apoio de mesa e apoio para os pés	un	12,25	12,18	149,20		
x.12	Smartphone	un	8	75,60	604,80		
x.15	Pacote de dados 50 Gb	un	8	131,63	1.053,04		
x.16	Impressora - A4	un	0,75	101,10	75,82		
x.16-1	Impressora - A3	un	0,75	112,06	84,04		
x.23	Ar-Condicionado 12.000 BTUs	un	1,5	53,45	80,17		
x.25	Ar-Condicionado 36.000 BTUs	un	0,5	176,57	88,28		
x.27	HD Externo Portátil	un	2,5	11,72	29,30		
x.28	VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado)	un	0,25	1.702,91	425,72		
x.30	WebCam	un	4,25	1,32	5,61		
x.31	Headset	un	4,25	4,48	19,04		
x.36	Plano de Internet - 500Mbps	un	0,25	99,96	24,99		
x.46	Cadeira giratória telada, com encosto de cabeça e espaldar alto	un	12,25	27,07	331,60		
x.47	Mesa de trabalho	un	12,25	18,42	225,64		
x.48	Sistema de câmera veicular embarcada com GPS, Wi-Fi e acesso remoto	un	6	74,13	444,78		
(E) CUSTO DE MATERIAIS - TOTAL (R\$)					28.335,77		
CUSTO UNITÁRIO - TOTAL(D) + (E) R\$					228.569,17		
BDI % 35,00%					79.999,21		
PREÇO UNITÁRIO TOTAL (R\$)					308.568,38		
LOCAL :		DATA:					
EMPRESA:		REPRESENTANTE LEGAL:					



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DEMONSTRATIVO DAS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS

DATA BASE: JANEIRO/2026							
CÓDIGO		SERVIÇO:					UNIDADE
34.88.08.02		Relatórios Técnicos de Acompanhamento das Obras					equipe.mês
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	UND.	FATOR DE UTILIZAÇÃO		CUSTO		TOTAL CUSTO HORÁRIO
			PRODUTIVO	IMPRODUTIVO	PRODUTIVO	IMPRODUTIVO	
(A) TOTAL CUSTO HORÁRIO DE EQUIPAMENTOS - TOTAL (R\$)							0,00
CÁLCULO DE PRODUTIVIDADE				FATOR DE UTILIZAÇÃO			
				PRODUTIVO		IMPRODUTIVO	
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	PRODUTIVIDADE	QUANT(UN)	%	UN	%	UN
CÓDIGO	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE	QUANT(UN)				
CÓDIGO	MÃO-DE-OBRA	UND.	QUANTIDADE	CUSTO HORÁRIO	TOTAL CUSTO HORÁRIO		
71.04.10	Coordenador	hora	61,60	112,17	6.909,67		
71.03.23	Engenheiro Senior	hora	105,60	98,42	10.393,15		
71.03.22	Engenheiro Pleno	hora	264,00	84,56	22.323,84		
71.03.21	Engenheiro Junior	hora	704,00	70,70	49.772,80		
71.04.19	Assistente Técnico III	hora	140,80	71,57	10.077,05		
71.04.06	Auxiliar Técnico	hora	2.112,00	16,27	34.362,24		
71.03.12	Chefe de Escritório	hora	352,00	26,08	9.180,16		
71.04.12	Cadista / Calculista II	hora	211,20	30,86	6.517,63		
TOTAL CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA (R\$)				149.536,54			
ENCARGOS SOCIAIS % 128,16%				191.646,03			
(B) TOTAL CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA - TOTAL (R\$)				341.182,57			
TOTAL CUSTO HORÁRIO TOTAL (R\$)							
PRODUÇÃO DA EQUIPE (C)		1,00	(D) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (A) + (B) / C (R\$)		341.182,57		
CÓDIGO	MATERIAL	UND.	CONSUMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL		
70.88.30.28	PLANO DE SAÚDE	un	22,45	414,07	9.295,80		
70.88.30.32	SEGURO DE VIDA	un	22,45	6,13	137,53		
x.1	DIÁRIA (hospedagem e alimentação)	dia	90,00	300,00	27.000,00		
x.2	Notebook (i7 - 14ª geração)	un	14,4	388,81	5.598,86		
x.5	Conjunto Desktop i7 - 14ª geração	un	7,65	193,14	1.477,52		
x.7	Nobreak	un	7,65	15,31	117,12		
x.8	Monitor Extra	un	7,65	25,60	195,84		
x.10	Kit Ergonomico - apoio de mesa e apoio para os pés	un	22,05	12,18	268,56		
x.12	Smartphone	un	14,4	75,60	1.088,64		
x.15	Pacote de dados 50 Gb	un	14,4	131,63	1.895,47		
x.16	Impressora - A4	un	1,35	101,10	136,48		
x.16-1	Impressora - A3	un	1,35	112,06	151,28		
x.23	Ar-Condicionado 12.000 BTUs	un	2,7	53,45	144,31		
x.25	Ar-Condicionado 36.000 BTUs	un	0,9	176,57	158,91		
x.27	HD Externo Portátil	un	4,5	11,72	52,74		
x.28	VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado)	un	0,45	1.702,91	766,30		
x.30	WebCam	un	7,65	1,32	10,09		
x.31	Headset	un	7,65	4,48	34,27		
x.36	Plano de Internet - 500Mbps	un	0,45	99,96	44,98		
x.46	Cadeira giratória telada, com encosto de cabeça e espaldar alto	un	22,05	27,07	596,89		
x.47	Mesa de trabalho	un	22,05	18,42	406,16		
x.48	Sistema de câmera veicular embarcada com GPS, Wi-Fi e acesso remoto	un	10,8	74,13	800,60		
(E) CUSTO DE MATERIAIS - TOTAL (R\$)				50.378,35			
CUSTO UNITÁRIO - TOTAL (D) + (E) R\$				391.560,92			
BDI % 35,00%				137.046,32			
PREÇO UNITÁRIO TOTAL (R\$)				528.607,24			
LOCAL :		DATA:					
EMPRESA:		REPRESENTANTE LEGAL:					



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

DEMONSTRATIVO DAS COMPOSIÇÕES DE PREÇOS UNITÁRIOS DE SERVIÇOS

DATA BASE: JANEIRO/2026							
CÓDIGO		SERVIÇO:					UNIDADE
34.88.08.03		Modelagem BIM As-Built e Relatórios Técnicos					equipe.mês
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	UND.	FATOR DE UTILIZAÇÃO		CUSTO		TOTAL CUSTO HORÁRIO
			PRODUTIVO	IMPRODUTIVO	PRODUTIVO	IMPRODUTIVO	
(A) TOTAL CUSTO HORÁRIO DE EQUIPAMENTOS - TOTAL (R\$)							0,00
CÁLCULO DE PRODUTIVIDADE				FATOR DE UTILIZAÇÃO			
				PRODUTIVO		IMPRODUTIVO	
CÓDIGO	EQUIPAMENTOS	PRODUTIVIDADE	QUANT(UN)	%	UN	%	UN
CÓDIGO	MÃO DE OBRA	PRODUTIVIDADE	QUANT(UN)				
CÓDIGO	MÃO-DE-OBRA	UND.	QUANTIDADE	CUSTO HORÁRIO	TOTAL CUSTO HORÁRIO		
71.04.10	Coordenador	hora	26,40	112,17	2.961,28		
71.03.23	Engenheiro Senior	hora	35,20	98,42	3.464,38		
71.03.22	Engenheiro Pleno	hora	158,40	84,56	13.394,30		
71.03.21	Engenheiro Junior	hora	422,40	70,70	29.863,68		
71.04.19	Assistente Técnico III	hora	352,00	71,57	25.192,64		
71.04.06	Auxiliar Técnico	hora	844,80	16,27	13.744,89		
71.03.12	Chefe de Escritório	hora	140,80	26,08	3.672,06		
71.04.12	Cadista / Calculista II	hora	352,00	30,86	10.862,72		
TOTAL CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA (R\$)					103.155,95		
ENCARGOS SOCIAIS % 128,16%					132.204,67		
(B) TOTAL CUSTO HORÁRIO DE MÃO-DE-OBRA - TOTAL (R\$)					235.360,62		
TOTAL CUSTO HORÁRIO TOTAL (R\$)							
PRODUÇÃO DA EQUIPE (C)		1,00	(D) CUSTO UNITÁRIO DE EXECUÇÃO (A) + (B) / C (R\$)			235.360,62	
CÓDIGO	MATERIAL	UND.	CONSUMO	CUSTO UNITÁRIO	CUSTO TOTAL		
70.88.30.28	PLANO DE SAÚDE	un	13,25	414,07	5.486,38		
70.88.30.32	SEGURO DE VIDA	un	13,25	6,13	81,17		
x.1	DIÁRIA (hospedagem e alimentação)	dia	60,00	300,00	18.000,00		
x.2	Notebook (i7 - 14ª geração)	un	9,6	388,81	3.732,57		
x.5	Conjunto Desktop i7 - 14ª geração	un	5,1	193,14	985,01		
x.7	Nobreak	un	5,1	15,31	78,08		
x.8	Monitor Extra	un	5,1	25,60	130,56		
x.10	Kit Ergonomico - apoio de mesa e apoio para os pés	un	14,7	12,18	179,04		
x.12	Smartphone	un	9,6	75,60	725,76		
x.15	Pacote de dados 50 Gb	un	9,6	131,63	1.263,64		
x.16	Impressora - A4	un	0,9	101,10	90,99		
x.16-1	Impressora - A3	un	0,9	112,06	100,85		
x.23	Ar-Condicionado 12.000 BTUs	un	1,8	53,45	96,21		
x.25	Ar-Condicionado 36.000 BTUs	un	0,6	176,57	105,94		
x.27	HD Externo Portátil	un	3	11,72	35,16		
x.28	VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado)	un	0,3	1.702,91	510,87		
x.30	WebCam	un	5,1	1,32	6,73		
x.31	Headset	un	5,1	4,48	22,84		
x.36	Plano de Internet - 500Mbps	un	0,3	99,96	29,98		
x.46	Cadeira giratória telada, com encosto de cabeça e espaldar alto	un	14,7	27,07	397,92		
x.47	Mesa de trabalho	un	14,7	18,42	270,77		
x.48	Sistema de câmera veicular embarcada com GPS, Wi-Fi e acesso remoto	un	7,2	74,13	533,73		
(E) CUSTO DE MATERIAIS - TOTAL (R\$)					32.864,20		
CUSTO UNITÁRIO - TOTAL (D) + (E) R\$					268.224,82		
BDI % 35,00%					93.878,68		
PREÇO UNITÁRIO TOTAL (R\$)					362.103,50		
LOCAL :		DATA:					
EMPRESA:		REPRESENTANTE LEGAL:					

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.2	Notebook (i7 - 14ª geração)			VALOR	R\$ 388,81
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
		Custo de Aquisição (A) =	R\$	18.211,35	
		Vida útil em meses (n) =		60,00	
		Vida útil em Km (Vkm) =			
Fator de uso (K): 0,10		Trabalho anual (em meses) (Ta) =		12,00	
		Porcentagem residual (Vr) =		20,00%	
		Taxa de juros anual (Tj) =		15,00%	
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	18.211,35	242,75
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	18.211,35	115,71
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	18.211,35	30,35
				sub total	388,81
TOTAL MENSAL				R\$	388,81
PREÇO MENSAL				R\$	388,81

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL							
Código:				VALOR	R\$	193,14	
x.5	Conjunto Desktop i7 - 14ª geração			Data Base:	janeiro/2026		
Unidade de Medição:	un						
Fator de uso (K): 0,10				Custo de Aquisição (A) =		R\$	9.046,82
				Vida útil em meses (n) =			60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =			
				Trabalho anual (em meses) (Ta) =			12,00
				Porcentagem residual (Vr) =			20,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =			15,00%
DESPESAS FIXAS							
DESPESA MENSAL		DESCRIÇÃO		UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação		%		0,013330	9.046,82	120,59
	$D = (1 - Vr) / n$						
	Juros de capital (Jc)		%		0,006354	9.046,82	57,48
	$Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$						
	Taxa Manutenção		%		0,001667	9.046,82	15,07
	$M=K/n$						
						sub total	193,14
TOTAL MENSAL						R\$	193,14
PREÇO MENSAL						R\$	193,14

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL						
Código:				VALOR	R\$	15,31
x.7	Nobreak			Data Base:	janeiro/2026	
Unidade de Medição:	un					
				Custo de Aquisição (A) =	R\$	717,75
				Vida útil em meses (n) =		60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =		
Fator de uso (K): 0,10				Trabalho anual (em meses) (Ta) =		12,00
				Porcentagem residual (Vr) =		20,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =		15,00%
DESPESAS FIXAS						
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL	
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	717,75	9,56	
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	717,75	4,56	
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	717,75	1,19	
				sub total	15,31	
TOTAL MENSAL					R\$	15,31
PREÇO MENSAL					R\$	15,31

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL						
Código:				VALOR	R\$	25,60
x.8	Monitor Extra					
				Data Base:	janeiro/2026	
Unidade de Medição:	un					
				Custo de Aquisição (A) =	R\$	1.199,95
				Vida útil em meses (n) =		60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =		
Fator de uso (K): 0,10				Trabalho anual (em meses) (Ta) =		12,00
				Porcentagem residual (Vr) =		20,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =		15,00%
DESPESAS FIXAS						
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL	
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	1.199,95	15,99	
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	1.199,95	7,62	
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	1.199,95	1,99	
				sub total	25,60	
TOTAL MENSAL					R\$	25,60
PREÇO MENSAL					R\$	25,60

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.10	Kit Ergonomico - apoio de mesa e apoio para os pés			VALOR	R\$ 12,18
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
				Custo de Aquisição (A) =	R\$ 135,40
				Vida útil em meses (n) =	12,00
				Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de uso (K):	0,10			Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00
				Porcentagem residual (Vr) =	10,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,075000	135,40	10,15
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006771	135,40	0,91
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,008333	135,40	1,12
				sub total	12,18
TOTAL MENSAL				R\$	12,18
PREÇO MENSAL				R\$	12,18

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.12	Smartphone			VALOR	R\$ 75,60
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
		Custo de Aquisição (A) =		R\$	3.541,40
		Vida útil em meses (n) =			60,00
		Vida útil em Km (Vkm) =			
Fator de uso (K): 0,10		Trabalho anual (em meses) (Ta) =			12,00
		Porcentagem residual (Vr) =			20,00%
		Taxa de juros anual (Tj) =			15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	3.541,40	47,20
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	3.541,40	22,50
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	3.541,40	5,90
				sub total	75,60
TOTAL MENSAL				R\$	75,60
PREÇO MENSAL				R\$	75,60

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL			
Código:			
x.15	Pacote de dados 50 Gb	VALOR	R\$ 131,63
		Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un		
		Custo de Aquisição (A) =	R\$ 131,63
		Vida útil em meses (n) =	1,00
		Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de uso (K):	0,10	Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00
		Porcentagem residual (Vr) =	0,00%
		Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:				VALOR	R\$ 101,10
x.16	Impressora - A4			Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
				Custo de Aquisição (A) =	R\$ 4.759,63
				Vida útil em meses (n) =	60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de uso (K): 0,10				Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00
				Porcentagem residual (Vr) =	20,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =	14,75%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	4.759,63	63,44
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006248	4.759,63	29,73
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	4.759,63	7,93
				sub total	101,10
TOTAL MENSAL				R\$	101,10
PREÇO MENSAL				R\$	101,10

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL						
Código:				VALOR	R\$	112,06
x.16-1	Impressora - A3					
				Data Base:	janeiro/2026	
Unidade de Medição:	un					
				Custo de Aquisição (A) =	R\$	5.249,63
				Vida útil em meses (n) =		60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =		
Fator de uso (K):	0,10			Trabalho anual (em meses) (Ta) =		12,00
				Porcentagem residual (Vr) =		20,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =		15,00%
DESPESAS FIXAS						
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL	
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	5.249,63	69,97	
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	5.249,63	33,35	
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	5.249,63	8,74	
				sub total	112,06	
TOTAL MENSAL					R\$	112,06
PREÇO MENSAL					R\$	112,06

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL						
Código:				VALOR	R\$	53,45
x.23	Ar-Condicionado 12.000 BTUs			Data Base: janeiro/2026		
Unidade de Medição:	un					
				Custo de Aquisição (A) =	R\$	2.504,12
				Vida útil em meses (n) =		60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =		
Fator de uso (K): 0,10				Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00	
				Porcentagem residual (Vr) =	20,00%	
				Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%	
DESPESAS FIXAS						
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL	
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	2.504,12	33,37	
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	2.504,12	15,91	
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	2.504,12	4,17	
				sub total	53,45	
TOTAL MENSAL					R\$	53,45
PREÇO MENSAL					R\$	53,45

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL						
Código:				VALOR	R\$	176,57
x.25	Ar-Condicionado 36.000 BTUs			Data Base:	janeiro/2026	
Unidade de Medição:	un					
Fator de uso (K): 0,10				Custo de Aquisição (A) = R\$		8.270,66
				Vida útil em meses (n) =		60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =		
				Trabalho anual (em meses) (Ta) =		12,00
				Porcentagem residual (Vr) =		20,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =		15,00%
DESPESAS FIXAS						
DESPESA MENSAL		DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação		%	0,013330	8.270,66	110,24
	$D = (1 - Vr) / n$					
	Juros de capital (Jc)		%	0,006354	8.270,66	52,55
	$Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$					
	Taxa Manutenção		%	0,001667	8.270,66	13,78
	$M=K/n$					
					sub total	176,57
TOTAL MENSAL					R\$	176,57
PREÇO MENSAL					R\$	176,57

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.27	HD Externo Portátil			VALOR	R\$ 11,72
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
				Custo de Aquisição (A) =	R\$ 549,28
				Vida útil em meses (n) =	60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de uso (K): 0,10				Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00
				Porcentagem residual (Vr) =	20,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	549,28	7,32
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	549,28	3,49
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	549,28	0,91
				sub total	11,72
TOTAL MENSAL				R\$	11,72
PREÇO MENSAL				R\$	11,72

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código: x.28		VANT (Veículo Aéreo Não Tripulado)		VALOR	R\$ 1.702,91
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:		un			
Fator de uso (K): 0,10		Custo de Aquisição (A) =		R\$	54.196,33
		Vida útil em meses (n) =			36,00
		Vida útil em Km (Vkm) =			
		Trabalho anual (em meses) (Ta) =			12,00
		Porcentagem residual (Vr) =			20,00%
		Taxa de juros anual (Tj) =			15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,022220	54.196,33	1.204,24
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006424	54.196,33	348,13
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,002778	54.196,33	150,54
				sub total	1.702,91
TOTAL MENSAL				R\$	1.702,91
PREÇO MENSAL				R\$	1.702,91

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.30	WebCam			VALOR	R\$ 1,32
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
		Custo de Aquisição (A) =		R\$	62,90
		Vida útil em meses (n) =			60,00
		Vida útil em Km (Vkm) =			
Fator de uso (K): 0,10		Trabalho anual (em meses) (Ta) =			12,00
		Porcentagem residual (Vr) =			20,00%
		Taxa de juros anual (Tj) =			15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	62,90	0,83
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	62,90	0,39
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	62,90	0,10
				sub total	1,32
TOTAL MENSAL				R\$	1,32
PREÇO MENSAL				R\$	1,32

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.31	Headset			VALOR	R\$ 4,48
Unidade de Medição: un				Data Base:	janeiro/2026
		Custo de Aquisição (A) =		R\$	210,62
		Vida útil em meses (n) =			60,00
		Vida útil em Km (Vkm) =			
Fator de uso (K): 0,10		Trabalho anual (em meses) (Ta) =			12,00
		Porcentagem residual (Vr) =			20,00%
		Taxa de juros anual (Tj) =			15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	210,62	2,80
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	210,62	1,33
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	210,62	0,35
				sub total	4,48
TOTAL MENSAL				R\$	4,48
PREÇO MENSAL				R\$	4,48

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL			
Código:			
x.36	Plano de Internet - 500Mbps	VALOR	R\$ 99,96
		Data Base: janeiro/2026	
Unidade de Medição:	un		
		Custo de Aquisição (A) =	R\$ 99,96
		Vida útil em meses (n) =	1,00
		Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de uso (K):	0,10	Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00
		Porcentagem residual (Vr) =	10,00%
		Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.46	Cadeira giratória telada, com encosto de cabeça e espaldar alto			VALOR	R\$ 27,07
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
				Custo de Aquisição (A) =	R\$ 1.176,60
				Vida útil em meses (n) =	60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de uso (K): 0,10		Trabalho anual (em meses) (Ta) =		12,00	
				Porcentagem residual (Vr) =	10,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,015000	1.176,60	17,64
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	1.176,60	7,47
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	1.176,60	1,96
				sub total	27,07
TOTAL MENSAL				R\$	27,07
PREÇO MENSAL				R\$	27,07

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.47	Mesa de trabalho			VALOR	R\$ 18,42
				Data Base:	janeiro/2026
Unidade de Medição:	un				
				Custo de Aquisição (A) =	R\$ 800,68
				Vida útil em meses (n) =	60,00
				Vida útil em Km (Vkm) =	
Fator de uso (K): 0,10				Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00
				Porcentagem residual (Vr) =	10,00%
				Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,015000	800,68	12,01
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	800,68	5,08
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	800,68	1,33
				sub total	18,42
TOTAL MENSAL				R\$	18,42
PREÇO MENSAL				R\$	18,42

COMPOSIÇÃO DE PREÇO MENSAL					
Código:					
x.48	Sistema de câmera veicular embarcada com GPS, Wi-Fi e acesso remoto	VALOR	R\$	74,13	
		Data Base:	janeiro/2026		
Unidade de Medição:	un				
		Custo de Aquisição (A) =	R\$	3.472,65	
		Vida útil em meses (n) =		60,00	
		Vida útil em Km (Vkm) =			
Fator de uso (K): 0,10		Trabalho anual (em meses) (Ta) =	12,00		
		Porcentagem residual (Vr) =	20,00%		
		Taxa de juros anual (Tj) =	15,00%		
DESPESAS FIXAS					
DESPESA MENSAL	DESCRIÇÃO	UN	COEFICIENTE	P.U. (R\$)	TOTAL
	Depreciação $D = (1 - Vr) / n$	%	0,013330	3.472,65	46,29
	Juros de capital (Jc) $Jc = [(1 + n) / 2n] \times Tj / Ta$	%	0,006354	3.472,65	22,06
	Taxa Manutenção $M=K/n$	%	0,001667	3.472,65	5,78
				sub total	74,13
TOTAL MENSAL				R\$	74,13
PREÇO MENSAL				R\$	74,13



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO VI

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO VI

CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

Na fase de habilitação, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

1. Habilitação Jurídica

- a) Registro empresarial na Junta Comercial, no caso de empresário individual;
- b) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social atualizado e registrado na Junta Comercial, em se tratando de sociedade empresária;
- c) Documentos de eleição ou designação dos atuais administradores, tratando-se de sociedades empresárias;
- d) Ato constitutivo atualizado e registrado no Registro Civil de Pessoas Jurídicas, tratando-se de sociedade não empresária, acompanhado de prova da diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, tratando-se de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;

2. Regularidade fiscal e trabalhista

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, (CNPJ);
- b) Prova de inscrição no Cadastro de Contribuintes Estadual ou Municipal, relativo à sede ou domicílio do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto do certame;
- c) Certificado de regularidade do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF – FGTS);
- d) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos trabalhistas (CNDT);
- e) Certidão negativa, ou positiva com efeitos de negativa, de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
- f) Certidão de regularidade de débitos tributários com a Fazenda Estadual da sede ou domicílio do licitante;
- g) Certidão emitida pela Fazenda Municipal da sede ou domicílio do licitante que comprove a regularidade de débitos tributários relativos ao Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN.

3. QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA

- a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica ou do domicílio do empresário individual.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

- a.1) Se o licitante for sociedade não empresária, a certidão mencionada na alínea “a” deverá ser substituída por certidão cujo conteúdo demonstre a ausência de insolvência civil, expedida pelo distribuidor competente.
- b) Balanço Patrimonial e Demonstrações Contábeis dos 02 (dois) últimos exercícios social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta.
- b.1) O balanço patrimonial deverá estar assinado por contador ou por outro profissional equivalente, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade.
- b.2) No caso de empresa constituída a menos de 02 (dois) anos, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade.
- b.3) as sociedades por ações deverão apresentar as demonstrações contábeis publicadas, de acordo com a legislação pertinente.
- b.4) A comprovação da boa situação financeira da empresa a que se refere a alínea “b”, será avaliada de forma objetiva pelos índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC). Solvência Geral (SG), resultantes da aplicação das fórmulas abaixo ao balanço patrimonial.

- Liquidez Geral - LG

$$LG = (AC + RLP) / (PC + ELP) \Rightarrow \text{maior que } 1,0$$

- Liquidez Corrente – LC

$$LC = (AC / PC) \Rightarrow \text{maior que } 1,0$$

- Solvência Geral – SG

$$SG = AT / (PC + P\tilde{N}C) \Rightarrow \text{maior que } 1,00$$

onde:

AC = Ativo Circulante

PC = Passivo Circulante

RLP = Realizável a Longo Prazo

P \tilde{N} C = Passivo Não Circulante

AT = Ativo Total.

Os índices LG, LC e SG deverão ser calculados pelas licitantes e apresentados conforme o modelo constante do **Anexo VI.1.** do Edital.

- b.5) O Patrimônio Líquido deverá ter o valor mínimo correspondente a 10% (dez por cento) do valor estimado, constante do **Anexo II - Planilha Orçamentária**



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

do DER/SP. Far-se-á prova do Patrimônio Líquido mediante Balanço da Empresa relativo ao último exercício social da empresa, conforme definido na alínea “b” supra.

c) Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, conforme modelo constante no **ANEXO VI.2 – Modelo de Contratos Firmados**, com a demonstração de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observando os seguintes requisitos:

c.1) a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e,

c.2) caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

4. CONSÓRCIO

a) O participante em consórcio deverá comprovar o compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelos consorciados, que deverá ser apresentado juntamente com os documentos de HABILITAÇÃO e incluir, pelo menos, os seguintes elementos:

- i. Designação do consórcio e sua composição;
- ii. Finalidade do consórcio;
- iii. Prazo de duração do consórcio, que deve coincidir, no mínimo, com o prazo de vigência contratual;
- iv. Endereço do consórcio e o foro competente para dirimir eventuais demandas entre os consorciados;
- v. Definição das obrigações e responsabilidades de cada consorciado e das prestações específicas, inclusive a proporção econômica e financeira da respectiva participação de cada consorciado em relação ao objeto licitado;
- vi. Previsão de responsabilidade solidária de todos os consorciados pelos atos praticados pelo consórcio, tanto na fase de licitação quanto na de execução do contrato, abrangendo também os encargos fiscais, trabalhistas e administrativos referentes ao objeto da contratação;
- vii. Indicação da empresa responsável pelo consórcio e seu respectivo Representante Legal, que terá poderes para receber



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

citação, interpor e desistir de recursos, firmar o contrato e praticar todos os demais atos necessários à participação na licitação e execução do objeto contratado.

- viii. Compromisso subscrito pelas consorciadas de que o consórcio não terá a sua composição modificada sem a prévia e expressa anuência da Unidade Contratante até o cumprimento do objeto da contratação, mediante a emissão do termo de recebimento definitivo, observado o prazo de duração do consórcio, definido no inciso “iii” deste subitem a).

4.2. O licitante vencedor fica obrigado a promover, antes da celebração do contrato, a Constituição e Registro do Consórcio, nos termos de seu compromisso de constituição.

4.3. Cada consorciado, individualmente, deverá atender as exigências relativas à habilitação jurídica e à regularidade fiscal e trabalhista previstas neste Edital.

4.4. A inabilitação de qualquer consorciado acarretará a automática inabilitação do consórcio.

5. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

a) Certidão de registro da empresa e de seus responsáveis técnicos emitida pelo CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em nome da licitante, com validade na data do recebimento dos documentos de habilitação e classificação.

b) Prova de aptidão para o desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto desta licitação, por meio da apresentação de atestado(s) expedido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome da licitante, devidamente registrado no CREA ou CAU, conforme o caso, comprovando que a licitante executou, individualmente ou como membro de um consórcio, serviços com características semelhantes e compatíveis com o objeto do Edital.

b.1) Os atestados emitidos em nome de Consórcios deverão especificar claramente o percentual que cada membro, efetivamente executou, ou o percentual de participação em relação ao total.

b.2) Para a comprovação da aptidão Técnico-Operacional de que trata a alínea “b”, somente será(ão) aceito(s) atestados em nome da licitante, salvo nos casos de fusão, cisão, incorporação/aquisição integral, ou a criação de subsidiária integral, nas formas dos artigos 251 à 253 da Lei nº 6.404/76 e como meio de recuperação judicial, nos termos que dispõe o inciso II do artigo 50 da Lei nº 11.101/2005, ou como reorganização societária, ficando vedada qualquer forma disfarçada que traga embutida em si o objetivo de capacitar a licitante a participar e ser habilitada



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

no certame, tais como: aumento de capital ou subscrição de capital com a utilização de acervo técnico pertencente à empresa que esteja em situação jurídico-financeira que a impossibilite de participar diretamente do certame.

Nesses casos deverão ser apresentados os documentos comprobatórios contendo todas as condições dessas transações, em especial, no que se referirem ao acervo técnico, e que deverão ser consideradas na presente licitação. A não apresentação ou omissão de qualquer documentação necessária para a análise das propostas será motivo de inabilitação da licitante.

b.3) Não serão aceitos, em nenhuma hipótese, para comprovação da aptidão Técnico-Operacional da licitante, cessão de tecnologia ou instrumentos de natureza similar entre a licitante e terceiros, mesmo que esses sejam pertencentes a um mesmo grupo econômico, ou cujo(s) Responsável(eis) Técnico(s) sejam os mesmos da licitante.

c) capacidade técnico-profissional, comprovada por meio da apresentação de Certidões de Acervo Técnico – CAT emitidas pelo Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou no Conselho de Arquitetura e Urbanismo – CAU, conforme o caso, em nome do(s) responsável(is) técnico(s) e/ou membros da equipe técnica que participarão da obra, que demonstre a Anotação de Responsabilidade Técnica – ART ou o Registro de Responsabilidade Técnica - RRT, relativo à execução dos serviços que compõem as parcelas de maior relevância técnica e valor significativo da contratação, conforme **Planilha Orçamentária, Anexo II**.

c.1) O profissional indicado pela licitante para fins de comprovação da capacidade técnico-profissional, conforme indicado na alínea “c” atuará como Responsável Técnico do contrato, participando diretamente da execução dos serviços, admitindo-se a substituição por profissional de experiência equivalente ou superior, desde que aprovada pelo DER/SP.

c.1.1) O Responsável Técnico deverá ter formação em Engenharia Civil.

c.2) A licitante deverá indicar Engenheiro Preposto.

c.3) As exigências técnicas não são passíveis de subcontratação.

d) Somatório de atestados de capacidade técnico operacional: será admitido o somatório de atestados para a comprovação da capacidade técnica do licitante requerida na alínea “b” supra.

Comprovação de vínculo para efeitos de capacidade técnico-profissional. A comprovação do vínculo profissional a que se refere a alínea “c” do supra pode se dar mediante a apresentação de contrato de trabalho, anotações da CTPS – Carteira de Trabalho e Previdência Social ou, no caso de prestador de serviços autônomo, do respectivo contrato de prestação de serviços ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, com anuência do profissional, de acordo com Anexo VII.3 do



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

Edital.

- a) A comprovação a que se refere este item poderá ser apresentada até a assinatura do instrumento contratual, não sendo, portanto, fator de inabilitação da licitante.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

b) **VISITA TÉCNICA**

b.1) Os Licitantes que optarem pela visita técnica, deverão apresentar:

b.1.1) Declaração de Conhecimento do Local e das Condições da Realização do Objeto da Licitação Precedida de Vistoria, conforme o modelo Anexo VII.2 do Edital.

As visitas devem ser previamente agendadas e poderão ser realizadas até o dia útil imediatamente anterior à sessão pública, na Diretoria de Obras - DO, pelo telefone (11) 3311-1636 – RAMAL 1640 EMAIL - do@der.sp.gov.br / ogfilho@der.sp.gov.br.

b.2) O licitante que optar pela **NÃO** realização da visita técnica deverá, para participar do certame, apresentar declaração afirmando que tinha ciência da possibilidade de fazê-la, mas que, ciente dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a visita técnica que lhe havia sido facultada, conforme os modelos dos Anexos VII.2.1 e VII.2.2 do Edital.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO VI.1

MODELO DE CÁLCULO DOS QUOCIENTES DE ESTRUTURA DE CAPITAIS E DE LIQUIDEZ PARA EXECUÇÃO DAS OBRAS E SERVIÇOS

Empresa:	
Patrimônio Líquido	(Patrimônio Líquido x Variação da IGP – DI/FGV)
R\$	
Em.....	
Liquidez Geral	
$\frac{\text{Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo}}$	
$> 1,0$ (maior que um)	
Liquidez Corrente	
$\frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$	
$> 1,0$ (maior que um)	
Solvência Geral	
$\frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante + Passivo Não Circulante}}$	
$> \text{que } 1,00$ (maior que um)	

Obs: 1 – Os dados do Balanço Patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, poderão ser atualizados por índices oficiais (IGP – DI/FGV – Índice Geral de Preços), quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta.

2 – O critério de arredondamento na segunda casa decimal, deverá obedecer a norma NBR 5891/77 da ABNT.

Local e Data

Representante Legal
(com carimbo de identificação)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO VI.2

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONTRATOS FIRMADOS COM A
INICIATIVA PRIVADA E A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Nome da Empresa:

Endereço:

EDITAL DE CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 90.136/2026

Senhor Agente de Contratação,

Declaro que a empresa _____, inscrita no
CNPJ sob o nº _____, Inscrição Estadual nº _____,
estabelecida em _____, possui os seguintes contratos
firmados com a iniciativa privada e/ou com a Administração Pública:

Nome do Órgão/Empresa *	Nº Contrato / Aditivo	Vigência		Valor total do Contrato**
		Início	Término	
				R\$
				R\$
				R\$
				R\$
a) Valor total dos Contratos:				R\$
b) 1/12 dos Contratos:				R\$
c) Patrimônio Líquido:				R\$
d) Cálculo 1: (c/a)*12				
e) Receita Bruta:				R\$
f) Cálculo 2: (e-a)/e *100				

* Além dos nomes dos órgãos/empresas, o licitante deverá informar também o endereço completo dos órgãos/empresas, com os quais tem contratos vigentes.

** Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado.

Dessa forma, declaro ainda que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

proposta não é superior ao patrimônio líquido da empresa, podendo este último ser atualizados por índices oficiais, quando encerrados há mais de 3 (três) meses da data da apresentação da proposta;

Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas abaixo

JUSTIFICATIVAS:

Local e data

Assinatura e carimbo
(Representante Legal da Empresa)

OBS.: A declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício – DRE, relativa ao último exercício social.



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

EXPLICAÇÕES:

A Declaração de Compromissos Assumidos deve informar que 1/12 (um doze avos) dos contratos firmados pela licitante não é superior ao Patrimônio Líquido da licitante.

Fórmula de cálculo: $\frac{\text{Valor do Patrimônio Líquido}}{\text{Valor total dos contratos}^{**}} \times 12 > 1$

Nota 1: Esse resultado deverá ser superior a 1 (um).

Nota 2: Considera-se o valor remanescente do contrato, excluindo o já executado**.

Caso a diferença entre a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) e a declaração apresentada seja maior que 10% (dez por cento) positivo ou negativo em relação à receita bruta, o licitante deverá apresentar justificativas.

Fórmula de cálculo: $\frac{(\text{Valor da Receita Bruta} - \text{Valor total dos Contratos})}{\text{Valor da Receita Bruta}} \times 100 =$



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO VII

Modelos de Declarações



**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

ANEXO VII.1

MODELOS DE DECLARAÇÕES

MODELO DE DECLARAÇÃO EXIGIDA PARA HABILITAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência nº 90.136/2026, Processo nº 139.00044320/2026-17, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

- a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual; e
- b) atenderá, na data da contratação, ao disposto no artigo 5º-C e se compromete a não disponibilizar empregado que incorra na vedação prevista no artigo 5º-D, ambos da Lei nº 6.019, de 1974, com redação dada pela Lei nº 13.467, de 2017, quando o caso.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



**SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM**

MODELOS REFERENTES À VISTORIA PRÉVIA

ANEXO VII.2

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DA LICITAÇÃO PRECEDIDA DE VISTORIA**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência nº 90.136/2026, Processo nº 139.00044320/2026-17, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, e que realizou vistoria prévia no(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação, colhendo todas as informações e subsídios necessários para a elaboração da sua proposta.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO VII.2.1

**DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL E DAS CONDIÇÕES DA REALIZAÇÃO
DO OBJETO DA LICITAÇÃO**
(elaborada pelo licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência nº 90.136/2026, Processo nº 139.00044320/2026-17, DECLARO que o licitante tem conhecimento do(s) local(is) e das condições da realização do objeto da licitação, que não realizou a vistoria prévia prevista no Edital e que, mesmo ciente da possibilidade de fazê-la e dos riscos e consequências envolvidos, optou por formular a proposta sem realizar a vistoria prévia que lhe havia sido facultada.

O licitante está ciente desde já que, em conformidade com o estabelecido no Edital, não poderá pleitear em nenhuma hipótese modificações nos preços, prazos ou condições ajustadas, tampouco alegar quaisquer prejuízos ou reivindicar quaisquer benefícios sob a invocação de insuficiência de dados ou informações sobre o(s) local(is) em que será realizado o objeto da licitação.

(Local e data)

(nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO VII.2.2

DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO PLENO DAS CONDIÇÕES E PECULIARIDADES DA
CONTRATAÇÃO
(em papel timbrado do licitante)

Eu, _____, portador do CPF nº _____, na condição de representante legal de _____ (nome empresarial ou denominação), interessado em participar da Concorrência nº 90.136/2026, Processo nº 139.00044320/2026-17, DECLARO, sob as penas da Lei, que o licitante:

a) cumpre as normas relativas à saúde e segurança no trabalho, nos termos do parágrafo único do artigo 117 da Constituição Estadual;

b) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos florestais de origem nativa da flora brasileira referidos no artigo 1º do Decreto estadual nº 66.819, de 6 de junho de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMADEIRA, em conformidade com o Decreto supracitado;

c) no caso de utilização na execução do objeto deste certame de produtos ou subprodutos de origem mineral referidos no § 1º do artigo 1º do Decreto estadual nº 67.409, de 28 de dezembro de 2022, cumprirá a obrigação de proceder às respectivas aquisições de pessoa jurídica com inscrição validada no CADMINÉRIO, em conformidade com o Decreto supracitado;

d) tem ciência de que o descumprimento do Decreto estadual nº 66.819, de 2022, ou do Decreto estadual nº 67.409, de 2022, poderá acarretar a extinção do contrato por ato unilateral da Administração, bem como a aplicação das sanções administrativas cabíveis, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes, independentemente da responsabilização na esfera criminal; e

e) se compromete a cumprir o disposto na Lei estadual nº 12.684, de 26 de julho de 2007, a qual proíbe o uso, no Estado de São Paulo, de produtos, materiais ou artefatos que contenham quaisquer tipos de amianto ou asbesto ou outros minerais que, acidentalmente, tenham fibras de amianto na sua composição.

(Local e data).

(Nome/assinatura do representante legal)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA

DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

ANEXO VII.3

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE
FUTURA CONTRATAÇÃO DE RESPONSÁVEL TÉCNICO**

A _____ (nome empresarial da licitante) inscrita no CNPJ N.º : _____ com sede na _____ (endereço completo) por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a) _____ infra-assinado, declara que o profissional abaixo relacionado integrará a equipe técnica desta empresa, sendo contratado como Engenheiro/Responsável Técnico, detentor de acervo técnico de execução do objeto da licitação no momento da assinatura do contrato.

Nome do Profissional: _____

Vínculo Profissional: _____

Cidade, _____ de _____ de 2026.

Assinatura e identificação do representante da empresa

Eu, _____, declaro estar de pleno acordo com a contratação relacionada neste documento e que executarei todos os serviços estritamente conforme o estipulado no Edital.

Cidade, _____ de _____ de 2026.

(Assinatura e identificação do profissional)



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRÊNCIA Nº 90.136/2026

ANEXO VIII

Modelos de Termo de Compromisso e Adesão ao Código de Conduta Ética



SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE, INFRAESTRUTURA E LOGÍSTICA
DEPARTAMENTO DE ESTRADAS DE RODAGEM

CONCORRENCIA Nº 90.136/2026

ANEXO VIII

TERMO DE COMPROMISSO E ADESAO AO CÓDIGO DE CONDUTA ÉTICA

A empresa _____, sediada no Município de _____, Estado de _____, com endereço na Rua _____, nº _____, Bairro _____, CEP _____ inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, neste ato representada por _____, inscrito no CPF/MF sob o nº _____ e ocupante do cargo de _____, declara ter ciência e conhecimento das disposições inseridas no Código de Conduta Ética do Departamento de Estradas de Rodagem – DER (“Código de Conduta Ética”), a cuja íntegra teve acesso.

Concorda, ainda, com as disposições contidas no Código de Conduta Ética e deste modo, assume o compromisso de segui-las no decorrer da relação comercial mantida com o Departamento de Estradas de Rodagem.

De igual modo, assume a responsabilidade e o compromisso de reportar e formalizar para a Comissão de Ética, por meio da Plataforma Fala.SP, www.fala.sp.gov.br, qualquer comportamento ou situação considerada em desacordo com o estabelecido no Código de Conduta Ética.

Por fim, declara zelar pelo cumprimento do Código de Conduta de Ética, inclusive, mediante a disponibilização de seu conteúdo, para fins de ciência e conhecimento, aos seus representantes, colaboradores, fornecedores e/ou contratados, envolvidos direta ou indiretamente na prestação de serviços ao Departamento.

Local: _____

Data: _____

Assinatura: _____